

Alfredo Margarido

A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses

FICHA TÉCNICA

© *Edições Universitárias Lusófonas*
Título: *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*
Autor: *Alfredo Margarido*
1.ª edição: *Edições Universitárias Lusófonas, Maio 2000*
Série: *Africanologia*
Capa: *VT Design*
Fotocomposição: *Jacinto Macau*
Impressão e acabamento: *Produção Principal, Lda.*
Depósito Legal: 152397/00
ISBN: 972-8296-63-0

Todos os direitos desta edição reservados por
Edições Universitárias Lusófonas, Lda.
Av. do Campo Grande, 376 – 1749-024 LISBOA
Telef.: 217 515 500 • Fax: 217 577 006
E-Mail: edicoes.lusofonas@ulusofona.pt



**Edições Universitárias
Lusófonas**

A LUSOFONIA E OS LUSÓFONOS: NOVOS MITOS PORTUGUESES

Subtil mas constantemente, sente-se perpassar na atmosfera política nacional um sopro gélido, muito necrofílico, que à força de exaltar o passado, compromete o presente, e mais ainda o futuro. A criação e sobretudo a perenidade da Comissão encarregada de comemorar os descobrimentos, constitui certamente um desses sintomas. O país foi remetido para o século XV-XVI, e só aí encontraria razões para existir. Os séculos subsequentes, e mais particularmente o nosso, não fariam mais do que confirmar a “decadência”, que o século XIX instalou com toda a pompa no panteão nacional.

É com um cuidado de cirurgiões que os ideólogos desta gesta evitam fazer as perguntas indispensáveis e que foram enunciadas nos anos 30 por Sant’Ana Dionísio: quais as razões que impediram os peninsulares de participar no esforço científico que criou a modernidade em que estamos inseridos? Seja qual for o campo epistemológico, o de Popper ou o de Khun, a verdade é termos falhado as diferentes “revoluções” científicas. É certo que chegaram até nós, mas de rastos e constantemente deformadas pelas intervenções brutais do poder: o político e o religioso.

A nossa modernidade, criada pelas independências africanas, obrigou o país a cortar uma parte substancial dos seus laços com o Atlântico, que foi sempre o oceano das nossas grandes incursões, mesmo se o Índico não pode ser afastado desta reflexão. A verdade, contudo, é que a partir dos anos 60, devido por um lado à guerra colonial, pelo outro à emigração, o país rompeu os laços que o tinham mantido unido ao Atlântico, e mais particularmente ao Atlântico sul. A guerra colonial há-de ser vista no futuro como a grande tragédia nacional, que o regime ditatorial soube criar com o seu nacionalismo racista, naturalmente arcaico.

A invenção da lusofonia procura com algum desespero devolver-nos uma parte desse espaço. Decidi analisar com a crueza – que não é crueldade – necessária, alguns mecanismos internos dessas operações. A maior parte dos missionários da lusofonia agem como se não tivéssemos atrás de nós uma longa história de relações polémicas com aqueles que escolheram falar português. Ora convêm medir com o rigor indispensável, utilizando os instrumentos mais sofisticados, a soma de fobias provocadas por uma história que não pode evitar as marcas da violência exercida sobre os Outros.

Não faltará certamente quem me acuse de falta de “patriotismo”. Algumas dessas acusações confundem patriotismo e patrioteirismo, embora não seja esse o aspecto mais preocupante da questão. Basta considerar com atenção o percurso dos acordos ortográficos, para encontrar a mesma inquietação, a republicana de ontem ou até de anteontem, a fascista e agora democrática: assegurar o controle da língua, obrigar os demais locutores a aceitar as regras portuguesas. A língua nasceu em Portugal e per-

tence aos portugueses. Não se consegue aceitar o princípio simples de que a língua pertence aqueles que a falam!

Ouve-se actualmente um lamento, que denuncia a expansão da língua portuguesa do Brasil, que cada vez mais locutores designam como sendo a língua brasileira. Esta operação desespera os linguistas portugueses, mas pode prever-se que um dia próximo seremos ultrapassados pelo brasileiro, entre o mais por uma razão fonética: o brasileiro com as suas vogais abertas, a sua lentidão, a sua capacidade erótica, atrai mais auditores do que o português, cada vez mais “cerrado e ligeiro”. Quer dizer, cheio de consoantes e sempre falado com uma rapidez que repugna aos brasileiros e a não poucos africanos.

Sejamos por isso o mais realista possível, rejeitando a auto-complacência, ou os paternalismos, que não são mais que formas de colonialismo atrasado. Aceitemos a leitura crítica do passado, o que será sempre ocasião para impedir que alguns dos nossos melhores vícios se transformem em virtudes. O exemplo mais característico reside no delírio das “descobertas”, como se os Outros só tivessem existido por obra e graça da nossa intervenção marítima ou terrestre. É tarde para recomendar uma língua mais consentânea com a verdade científica e humana, mas devíamos pôr termo a tais operações, tanto mais que nenhuma autoridade portuguesa pediu perdão aos africanos pela nossa participação no tráfico negreiro. Tal como nenhuma autoridade pediu perdão aos Índios americanos pela destruição dos homens e das suas estruturas sociais no que é hoje o Brasil.

Eis a razão desta escrita: procurar proceder ao inventário das feridas e das cicatrizes, tanto mais que os corpos mantêm, como é sabido, memória das violências que lhes foram

infligidas. Aprendemos, graças ao síndrome de Estocolmo, que os antigos torturados conservam durante toda a vida estigmas das violências, físicas ou psíquicas, que lhes foram infligidas. Assim acontece também com os povos, que não podem deixar de se dar conta das marcas das agressões. Há séculos que os portugueses se sentem agredidos pela “ocupação” dos Filipines. Mas queremos, em contra-partida, que os Outros se esqueçam da nossa “ocupação”, tal como pretendemos limpar o passado, eliminando agressões e violências! Santa ingenuidade a nossa, que ao acreditarmos na história, recusamos a memória dos “vencidos”.

Não há, no texto que não passa neste momento de um embrião de reflexão mais ampla, o menor traço de amargura. Não posso contudo ignorar que este inventário das torpezas nacionais me preocupa há já vários anos, e mais particularmente a partir do momento em que, nas antigas colónias, pude ver em acção a nossa especial maneira de “civilizar”. Já em outros momentos e em outros lugares fui contando alguns aspectos dessa dura experiência, tal como pude contabilizar as violências que me foram infligidas pelas falsas vestais do templo colonial. Embrionário embora, o texto não procura seguir a via de Boxer ou de Bender, de Buarque de Holanda ou de Mário de Andrade. Basta-lhe ser uma reflexão inquieta, indispensável neste período em que não poucos antigos carrascos se apresentam como defensores da democracia e da liberdade!

O nosso século XIX foi obrigado a proceder a um inventário difícil, no que se refere a algumas colónias africanas. Não faltaram aqueles que se propunham vender algumas, operações que não chocavam ninguém: Napoleão vendera a Luisiana aos americanos, e depois os russos venderam o

Alaska aos mesmos americanos, tendo os espanhóis vendido as Filipinas. Não havia por isso razão para escândalos: não foi de resto Oliveira Martins que provou o carácter pouco humano das populações africanas, a quem não valia a pena ensinar fosse o que fosse?

Um dos amigos e companheiros de Oliveira Martins, o romancista Eça de Queiroz, também participou nessa polémica. Replicando a uma crítica de Pinheiro Chagas, o famoso “Brigadeiro Chagas” – que não se limitou a esta agressão – Eça de Queiroz evocou com fórmulas abruptas mas irrecusáveis, o mito da dominação portuguesa sobre as antigas colónias: “Mas agora vejo com evidência que Portugal não necessita uma forte cultura intelectual, nem educação científica, nem elevação de gosto; não precisa ter escolas, nem mesmo saber ler: esses esforços são para a França, a Inglaterra, a Alemanha, países não privilegiados; Portugal, esse, tem tudo garantido, a sua grandeza, a sua prosperidade, a sua independência, a sua riqueza, a sua força – desde que, como você, afirme com a autoridade do seu saber, há nos mares do oriente uma ilha onde, debaixo de um coqueiro, à beira de um arroio, estão quatro indígenas, de carapinha branca e tanga suja, ocupados de cócoras a respeitar Portugal”¹.

O texto de Eça de Queiroz foi redigido em Bristol, há pouco mais de um século (a 14 de Dezembro de 1880), mas devia continuar a funcionar, quer dizer não só a ser lido, mas sobretudo a fornecer ou a impor uma base reflexiva: o manifesto delírio dos historiadores da expansão portuguesa que continua a afirmar que a dominação

¹ Eça de Queiroz, *Notas contemporâneas*, in *Obras completas de ...*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1981, vol. XV.

portuguesa dura há cinco séculos, devia ser corrigido com algumas referências a este texto, que continua a dizer verdade terríveis, embora comecemos enfim, sob a pressão da Europa e da modernidade, a reduzir o número dos nossos analfabetos, depois de termos passado alguns séculos a impedir a alfabetização de continentes inteiros.

O que não podemos é esquecer que este conceito entra em choque com o conceito mítico anterior, o da "portugalidade", que nos mantivera unidos aos espanhóis durante quase oito séculos. Apoiando-se também em Oliveira Martins, António José Saraiva sublinhava ainda há pouco que a portugalidade se opõe à hispanidade, embora este conceito incluía marginalmente uma oposição à Europa. Para António José Saraiva, nesse aspecto fiel discípulo de Oliveira Martins, "Portugal etimologicamente é relativo à Espanha; como a parte é relativa ao todo", embora não se possa deduzir uma forma de dominação, mas sim de complementaridade, porque "sem Portugal não há Espanha". Estas observações teóricas complementam-se no plano linguístico, dado que o português e o castelhano "nasceram como dois dialectos da mesma língua"².

² António José Saraiva, "Portugalidade", *Via Latina*, órgão da Associação Académica de Coimbra, s. d. A relação com a Espanha foi sempre, no discurso de Saraiva, uma das chaves míticas, quando não místicas, da própria nacionalidade portuguesa, não se esquecendo de pôr em evidência a violência irremediável do contraste: "há no génio português o quer que é de vago e fugitivo, que contrasta com a terminante afirmativa do castelhano". Mau grado essa situação, salienta ainda Saraiva que, saídos da insurreição contra o mundo, "continuaram (Portugal e Espanha), essa fraternidade na expansão ultramarina quer na América quer na Ásia". Esta visão da geografia histórica portuguesa tornou-se muito corrente entre os oficiais superiores das Forças Armadas que foram auditores do Prof. Jorge Borges de Macedo, que tanto sublinhou o facto de Portugal estar submetido a um "cerco estratégico" organizado pelos dirigentes políticos espanhóis, associados aos militares, com o apoio da NATO e dos Estados Unidos. Podem encontrar-se os suportes principais desta ameaça nas obras nas quais o capitão-de-mar-e-guerra Virgílio de Carvalho banaliza as ideias centrais

Creio que Saraiva era demasiado optimista, ou que não conhecia muito bem a literatura espanhola. A leitura de um romance de Pio Baroja, o basco que acabou por se submeter à hegemonia do castelhano, havia talvez de o alertar: Baroja considera que o fado é elegíaco, expressão de um povo que só pode comparar-se com "el pueblo judío". E conclui, é certo que pela voz de uma personagem, técnica que fornece a heteronomia dos romancistas: "La outra noche, paseando por la plaza, me decía con cierta pena: "En Portugal não habrá nunca anarquistas. Este es un pueblo blando e indolente. En España hay más viveza, más fibra" añadia él. Y es verdad. Son tipos lánguidos que parecen criollos, sin la exasperación de los americanos. Es una gente de sangre gorda, que no tiene nada dentro"³.

A criação da lusofonia parece destinada a interromper o diálogo polémico com os espanhóis, mesmo se esta invenção procura evitar os choques: a lusofonia é apenas o resultado da expansão portuguesa e da língua que esta

da (pré)-visão de Jorge Borges de Macedo. Mas sobretudo, importa salientar que o projecto português não está em condições de se furtar ao peso castelhano, que teria sido a única força verdadeiramente decisiva nas nossas relações connosco e com o mundo. É evidente que, se aceitarmos esta visão que nos faz depender de Espanha, não poderemos organizar nenhuma lusofonia e ainda menos um espaço lusófono, fatalmente condenado a castelhanizar-se.

Por outro lado, os brasileiros consideram que a colonização portuguesa se revelou sempre inferior a outras colonizações europeias, sobretudo a espanhola e a holandesa. Sérgio Buarque de Holanda, nas suas *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1936, põe em evidência o que deveria ser considerado a superioridade generosa da colonização espanhola. De resto, são legião os brasileiros que, sobretudo no nordeste, lamentam não ter sido colonizados pelos holandeses, o que fez do conde Maurício de Nassau uma das figuras míticas desse Nordeste centrado em torno de Pernambuco.

³ Pio Baroja, *La Dama Errante*, Paris, Nelson Editores, 1952, pp. 275-276. A primeira edição data de 1908. Permita-se-me que acrescente o desejo de que alguém – um candidato a doutoramento em estudos ibéricos – proceda a um inventário sistemático, ou quase, das referências a Portugal na literatura espanhola, mesmo se esta nos considera pouco. Quando os portugueses não são invisíveis ou transparentes, como o famoso licenciado de Cervantes, como são eles descritos, julgados, analisados, maltratados?

operação teria espalhado generosamente pelo mundo fora. Ou seja, seria menos o resultado de um projecto, do que a consequência inesperada de uma maneira particular de circular pelo mundo. Nesse aspecto, a portugalidade opõe-se certamente à lusofonia: a primeira é o resultado de uma oposição constante aos espanhóis – entendendo-se por esta expressão todas as nacionalidades colocadas sob a dependência do governo central dominado pelos castelhanos – ao passo que a lusofonia seria a consequência quase passiva da expansão e da banalização da língua.

A criação da lusofonia, quer se trate da língua, quer do espaço, não pode separar-se de uma certa carga messiânica, que procura assegurar ao portugueses inquietos um futuro senão promissor, em todo o caso razões e desrazões para defender a lusofonia.

A independência das nações africanas, obrigou os teóricos da colonização portuguesa a modificar de maneira substancial o seu vocabulário. Tal se verificara já no caso francês, que já nos anos 1962 começou a banalizar a noção de “francofonia”⁴. Respeitando um velho movimento de submissão cultural, não puderam os portugueses furtar-se ao modelo tradicional, tendo criado, após 1974, a lusofonia.

Uma parte deste esforço teórico baseia-se na língua: a utilização do português seria a prova da existência de uma “comunidade lusófona”. Outros, mais argutos, sublinham a

⁴ A francofonia apareceu pela primeira vez em francês, em 1887, na escrita teórica do geógrafo Onésime Reclus, mas não no sentido que lhe é hoje dado. Reclus propunha uma classificação dos grupos humanos com base nas línguas faladas. Tratava-se, neste caso, de uma operação destinada a classificar as raças humanas. Não é este o sentido actual, que visa manter o espírito colonial, salientando a importância do cimento linguístico. V. Xavier Deniau, *La Francophonie*, Paris, PUF, 1983, assim como Jean-Pierre Péroncel – Hugoz, “Les Vingt cinq ans de francophonie”, *Le Monde*, 16 de Março de 1995.

importância do “espaço lusófono”. Dependendo embora da língua, seria também, quando não sobretudo, a consequência de uma “história comum”, mesmo se esta foi frequentemente maculada pela violência do “facto colonial”.

Não foi necessário criar entre nós, como fazem os teóricos europeus, na maior parte maus conhecedores das teses do conde de Gobineau, a necessidade de mestiçagem: essa fora introduzida na vida cultural e política portuguesa pelas teses luso-tropicalistas de Gilberto Freyre. Deve contudo registar-se a banalização de fórmulas “revolucionárias”, como aquela que, num grande jornal diário, anunciava sermos “todos mulatos”⁵.

Ora o modelo social e económico dos dias de hoje depende da própria evolução de economia-mundo, tal como Emmanuel Wallerstein, na esteira de Karl Marx e de André Gunder Frank, com uma pitada de Fernand Braudel, a definiu.

A primeira grande potência que conseguiu alcançar alguns dos objectivos do capitalismo, foram os Estados Unidos, que a partir já de 1815, impõem algumas regras ao mundo capitalista que se formara sobretudo a partir da expansão começada no século XIV.

Esse modelo assenta na existência de grandes espaços económicos, onde a produção e a circulação das mercadorias não é controlada por uma miríade de autoridades estatais. A livre circulação das mercadorias constitui um elemento fundamental na organização deste sistema, que pouco a pouco pretende transformar o mundo num falso “império”.

⁵ Título publicado pelo *Público* (suplemento “pop Rock”, 14 de Junho de 1995, p.4). Trata-se de uma integração na moda da mestiçagem, mas o autor, Luis Maio, desconhece a carga pejorativa que sempre esteve associada aos mulatos e ao mulatismo.

O choque actual regista-se entre os defensores de um projecto de carácter amplo, embora regional, e aqueles que defendem as qualidades das pequenas nações, que já eram caras a Aristóteles e a Montesquieu. E que também não foram rejeitadas pelos socialistas utópicos, como Charles Fourier, nem pelos combatentes da Comuna de Paris, ou das diferentes comunas francesas desses anos 1871.

O internacionalismo tem sido confundido com o cosmopolitismo, sendo o primeiro a consequência da união necessária dos trabalhadores, como a encararam já os revolucionários franceses em 1791, ao passo que a segunda depende da vagabundagem artístico-literário da burguesia enriquecida. O internacionalismo assenta no reconhecimento do trabalho, como se pretende entre Saint-Simon e Karl Marx, ao passo que o cosmopolitismo depende das rendas que a burguesia pode conseguir graças aos capitais acumulados.

Nos dias de hoje multiplicam-se as zonas de livre circulação dos homens e das mercadorias, quer seja na Europa, quer seja nas Américas do Norte e do Sul. O objectivo é sempre o mesmo: procurar organizar as condições que permitam que estas unidades possam enfrentar ou imitar os Estados Unidos. Tal fora já o sonho de José Estaline quando organizou o primeiro plano quinquenal. A hegemonia do capitalismo americano impõe as suas regras, e a Europa dos dias de hoje, cada vez mais dirigida pela burocracia de Bruxelas, procura dar ao capitalismo europeu (mas haverá realmente capitalismo europeu?), a força capaz de lhe assegurar alguma autonomia.

Nessas condições verifica-se que o protecçãoismo continua a ser uma arma decisiva, mesmo se ela deixou de

pertencer aos governos nacionais, para se transformar em arma da burocracia bruxelense. O resultado não podia deixar de ser o que é: os particularismos nacionais são denunciados, considerados como uma agressão ao espírito “europeu”, que todavia ninguém- fora do simples plano da economia – está em condições de definir.

Pode, dados estes preliminares, encarar-se a possibilidade de organizar outros espaços, como a francofonia, a lusofonia e a hispanofonia, cujas características não podem deixar de contrariar a “preferência europeia”? É evidente que não: as condições em que se constrói a Europa impedem a afirmação dos particularismos nacionais ou culturais. De resto, os tratados que, sob pressão da Europa do norte, condicionam a circulação das pessoas e dos bens, são organizados como máquinas destinadas a impedir o acesso dos Outros à Europa.

Não basta ser “lusófono”, nem “francófono”, nem “hispanófono” para ter o direito de aceder à Europa do capitalismo burocratizado. Só uma leitura mítica pode ainda pretender construir um “espaço lusófono” quando as regras europeias não prevêm que baste falar português para se poder circular livremente. O mesmo de resto se verifica no que se refere ao francês e ao espanhol. Parece-me por isso conveniente, quando não indispensável, proceder à revisão de alguns conceitos e de alguns acontecimentos históricos, para recusar tanto o mito como a mística da lusofonia.

A LONGA DURAÇÃO DO ESPÍRITO COLÔNIAL

O discurso colonial português foi estruturado no século XIX, dada a necessidade de replicar às pretensões das demais potências europeias que pretendiam organizar “impérios” coloniais, única maneira de completar o seu percurso histórico. Perante esta situação, os portugueses, profundamente traumatizados pela independência do Brasil, em 1822, procuraram afirmar com paixão os seus direitos singulares aos territórios e às populações.

Esta tarefa revela-se indispensável, pois que o Brasil fizera aparecer uma orientação inédita na vida política colonial portuguesa, graças à criação do “nativismo”, discurso mítico-nacionalista, com o qual os brasileiros procuraram reforçar os seus direitos ao território e à sua própria independência. Muitos incidentes entre brasileiros e portugueses foram provocados pela generalização das ideias “nativistas”, às quais se opunham os colonos portugueses, que como já tinham feito face à Inconfidência de 1789, recusavam todo e qualquer direito à independência aos brasileiros.

A história portuguesa cobriu com um véu hiper-púdico a inevitabilidade da independência, considerando que ela

não fora uma decisão autenticamente brasileira, mas sim o resultado de uma operação astuciosa do príncipe herdeiro português que se antecipara à burguesia nativista brasileira, para recuperar o Brasil para a Casa de Bragança.

Esta tentativa de escamotear a independência brasileira constitui certamente uma das operações políticas mais singulares do século XIX, que de resto modificou substancialmente a política portuguesa, levando os diferentes ministérios a recusar reconhecer a independência do Brasil. Eça de Queiroz denunciou de resto com muita veemência o surto teórico do nativismo brasileiro, considerado como uma agressão arcaica¹.

Na verdade os brasileiros –Freud ainda não tinha aparecido – sabiam que para alcançar a independência

¹ Eça de Queiroz, "A propósito da doutrina de Monroe, e o Nativismo", *Cartas familiares de Paris*, 30 de Março – 5 de Abril de 1896. É mais do que evidente que Eça de Queiroz estava perfeitamente informado destas duas questões por intermédio de Eduardo Prado, que de resto foi obrigado a refugiar-se no sertão da Bahia, quando procurado pela justiça brasileira para responder pelo seu ataque frontal à doutrina de Monroe, que só podia dar vantagens aos americanos do norte, em detrimento de todos os mais. Registe-se a capacidade de previsão política de Eduardo Prado, acompanhado neste aspecto por Eça de Queiroz.

Não esqueçamos contudo que Eça já registara na sua vida de escritor alguns incidentes com os seus leitores brasileiros, ao narrar de maneira burlesca a visita do Imperador Pedro II a Portugal. As suas crónicas, na série d'As *Farpas*, provocaram incidentes anti-portugueses, tanto em Pernambuco como na Goiânia.

V. a este respeito Ernesto Guerra da Cal, *Lengua y estilo de Eça de Queiroz*, apêndice consagrado à bibliografia, Coimbra, por ordem da Universidade, 1975, que sugere que a transformação do conteúdo de alguns artigos anti-brasileiros se deve a uma simples estratégia do autor, que queria continuar a gozar da preferência e da admiração brasileiras. Guerra da Cal esquece simplesmente que as relações de amizade, estabelecidas em Paris, entre Eça e alguns intelectuais brasileiros, entre os quais Domício da Gama e Eduardo Prado, tinham levado o cônsul português a modificar de maneira substancial os seus juízos abruptos sobre os brasileiros.

Foi em parte por essa razão que Eça deu outro conteúdo ao "brasileiro" que, na sua escrita, como na maior parte dos autores portugueses, passa a ser o torna-viagem. Contudo, esta correcção não eliminou a importância dos conflitos, mesmo se estes passaram a exprimir-se por via de "histórias" de português e de "anedotas" de brasileiros. Freud explicou, alguns anos depois, qual a carga patológica destas formas falsamente jocosas.

deviam matar o pai, como já anteriormente o tinham feito os norte-americanos e os haitianos. A maneira como os portugueses tem considerado o Brasil, como estado-filho ou como estado-irmão mais novo ou caçula, implica a existência de um parentesco que deve manter unidos os dois países, mesmo se o percurso brasileiro, cada vez mais americano, tem pouco a ver com as opções portuguesas.

Outros mitos vieram durante este último século acrescentar-se aos anteriores, entre os quais avultava o da filiação, que procurava impor ao Brasil uma menoridade quase eterna, que a independência se encarregara de quebrar. Os brasileiros elevaram contra os portugueses algumas acusações fundamentais, atribuindo-lhes a responsabilidade da fraqueza do tecido urbano no século XIX, acusando-os de não terem criado as Universidades indispensáveis à formação das elites e dos quadros brasileiros e **last but not least**, de serem os responsáveis pela criação dos mulatos, que tanto incomodaram os brasileiros no século XIX e depois, até hoje.

Os teóricos do nacionalismo brasileiro, grandes consumidores das teses antropológicas francesas, alemãs e norte-americanas, multiplicaram as demonstrações da inferioridade dos mulatos. A escola da Bahia, que reuniu alguns dos maiores conhecedores da antropologia física brasileira, multiplicou as intervenções e Nina Rodrigues – que muitos consideram ser o Broca brasileiro- procurou provar de maneira definitiva a inferioridade psíquica dos mulatos, e mais latamente das populações de cor².

² Nina Rodrigues, *Os Africanos no Brasil*, S. Paulo, Companhia Editora Nacional, 1932.

O Brasil viveu sempre profundamente incomodado por esta situação, dado que, e ao contrário do que acontecia nos Estados Unidos, as populações de cor eram demograficamente dominantes. No famoso estudo consagrado a *Os sertões*, Euclides da Cunha multiplica as análises do carácter neurológico dos mestiços, concluindo pela sua parca utilidade social, dada a instabilidade nervosa que os caracteriza³. Mais grave ainda: os mestiços não pertenciam à invenção brasileira, sendo antes uma pura criação lusitana.

Esquece-se, nos dias de hoje, e ainda bem para as relações entre os dois países, a veemência do discurso anti-português que caracterizou o ano de 1922. A história cultural reteve apenas a importância da semana de arte moderna, assim como o discurso antropofágico que lhe está directamente associado. Valia a pena mergulhar nas publicações que então denunciaram a violência colonial portuguesa, e mais particularmente no Estado de Minas Gerais. De resto, esta violência anti-portuguesa encontra a sua plena afirmação no manifesto antropofágico de Oswald de Andrade.

Com efeito, a vítima simbólica, que serve para por em movimento a antropofagia é o bispo Sardinha, e podemos perfeitamente compreender que o nome do bispo desempenha nesta operação um papel fundamental. Pois não são – ou não eram – os portugueses grandes comedores de sardinhas, a ponto de uma metáfora comparar a mulher desejável à sardinha: a mulher e a sardinha querem-se

³ Euclides da Cunha, *Os Sertões*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1902, A verdade é que os intelectuais brasileiros participam todos nesta maneira de julgar os mulatos, e estas teses, que se inspiram tanto em Gobineau como em Vacher de Lapouge, são reforçadas pelo eugenismo deste último.

pequeninas? Os antropofágicos, que são sobretudo os intelectuais urbanos de S. Paulo, apoderam-se do bispo e da antropofagia para os transformarem em momento singular de ruptura, que seria o do autêntico nascimento do Brasil.

Compreende-se facilmente que assim tenha de ser: os portugueses eram a potência colonial que, de resto e obstinadamente, procurara assegurar a dominação do Brasil e dos brasileiros. Parece hoje tão absurdo como ontem que a historiografia portuguesa pretenda adulterar as situações. Elas traduzem a violência que há-de sempre caracterizar – antes e depois de Hegel – as relações entre o senhor e o escravo.

Ou seja também, em termos de história cultural: não há nenhum vestígio de valorização dos portugueses ou dos africanos, ou sequer dos índios, mau grado o romantismo e José de Alencar, nesta primeira fase do nacionalismo brasileiro. O lusotropicalismo só começou a aparecer nos anos 20, após a primeira guerra mundial e sobretudo após a primeira grande tentativa revolucionária de Luis Carlos Prestes.

Com efeito, se este processo “revolucionário” permitia a afirmação dos “tenentes”, autorizava também a maioria do “povo”, entendido como categoria colectiva indispensável à formação da consciência nacional brasileira. Creio que a melhor afirmação dessa pulsão interna, reside não nas afirmações dos teóricos, mas sim no poema no qual Manuel Bandeira evocava o Recife, sublinhando a importância da “língua errada do povo”.

Esta formidável recuperação do “povo”, sejam quais forem as incertezas que rodeiam o recurso a este substantivo colectivo, constitui um passo mais importante do que o antropofagismo, sobretudo se entendermos que se prevê uma mobilização geral das forças nacionais. Embora, con-

vém também não perder de vista esse elemento, essa recuperação e essa exaltação tenham servido de alimento ao populismo varguista.

Só nesta conjuntura se pode verificar o aparecimento de uma série de trabalhos consagrados à sociologia histórica brasileira, que faziam depender o Brasil não dos europeus, ou das elites brancas importadas, mas de uma caldeamento que proviria do formidável apetite sexual dos colonos portugueses, que não repeliam nenhuma espécie de relação com os povos “inferiores”. O luso-tropicalismo é a consequência da superioridade genésica dos brancos, criadores sobretudo de mulatas, como salienta entre outros Raul Bopp⁴.

⁴ Convém lembrar que a tese do comportamento excepcional dos brancos nas relações com os grupos dominados, foi também enunciada pelo conde de Gobineau, que continua a ser o grande teórico da mestiçagem francesa: (o negro) “para valorizar as suas faculdades deve aliar-se a uma raça diferentemente dotada. Neste hímen, a raça melânica aparece como personalidade feminina, e se bem que os seus diferentes ramos apresentem, neste particular, do para mais ou do para menos, sempre, nesta aliança com o elemento branco, o princípio macho é representado por este último. O produto que daí resulta não reúne as qualidades totais das duas raças. Há a mais esta própria dualidade que explica a fecundação ulterior. Menos veemente na sensualidade do que as individualidades absolutas do princípio feminino, menos completo na sua força intelectual do que as do princípio macho, goza de uma combinação das duas forças que lhe permite a criação artística, proibida a uma e a outra das razões associadas”. Gobineau, *Essai sur l'inégalité des races humaines*, Paris, Didot & C. e., 1853-1855. Cito a 4ª edição, vol. I. p. 362-363.

Esta interpretação das relações humanas, que faz dos brancos o princípio masculino das sociedades, é reforçada pela exaltação da beleza dos produtos mestiços: “deve observar-se que as misturas mais felizes, do ponto de vista da beleza, são formadas pelo hímen dos brancos e dos negros”. Ob. Cit., vol. I, p. 155. V; também referências no Vol. II, cap. 7.

Não cabe no quadro desta nota, mas vale a pena certamente comparar as teses de Gobineau com as de Gilberto Freyre, tanto mais que o teórico francês salienta o facto de não haver, no Canadá, família francesa que não tenha algum parentesco mesmo se ténue, com a “raça índia”, embora, mais a sul, os mesmíssimos franceses considerem os mulatos como autênticos “abortos rejeitados”.

Se não se pretende fazer depender Freyre de Gobineau, embora a tentação seja grande, não podemos deixar de pôr em evidência o evidente parentesco existente entre os dois teóricos, lembrando também o carácter pioneiro das análises e das propostas de Gobineau.

Roger Bastide, que Florestan Fernandes acusa de ter atenuado os resultados dos inquéritos realizados em S. Paulo para permitir a análise das relações entre brancos e negros⁵, encontrou a melhor maneira de definir estas operações: os portugueses teriam renunciado à cruz e ao gládio, confiando ao sexo as tarefas da colonização⁶. É nesta conjuntura que os universitários – Freyre formado no pragmatismo antropológico dos Estados Unidos, o protestante Roger Bastide provindo da boa lição durkheimiana – criam o luso-tropicalismo.

⁵ Foi já mais tarde que, comentando a obra de Roger Bastide, Florestan Fernandes evocou a maneira de trabalhar do sociólogo francês, censurando-lhe o pendor para os “meios tons” e para aquilo a que se poderia chamar a “verdade redentora”, que exige por parte do negro o “perdão mútuo, (...) o esquecimento, a superação pelo negro das injustiças”. Esta maneira de falsificar os dados obtidos no terreno sempre desagrado a Florestan Fernandes, que se confessava “criança de origem lumpen”, que vivera em porões e cortiços, situação que o obrigara a começar a trabalhar com pouco mais de seis anos. O texto, datado de 1979, foi incluído no pequeno volume, *Significado do protesto negro*, S. Paulo, Cortez editora/ Autores Associados, 1989, p. 103. Saltando por cima da sua condição de analista e de teórico, Florestan Fernandes, vítima do “racismo social”, denuncia a falsa purificação teórica do protestante branco e francês.

A esta reflexão, acrescenta Florestan Fernandes uma severa condenação das teses de Gilberto Freyre, o que deve ser também contabilizado no débito teórico de Bastide, que sempre foi um defensor apaixonado do antropólogo de Apipucos. Para Florestan Fernandes, Gilberto Freyre seria o responsável por traduzir “o problema da sociedade brasileira como uma equação linear, pela qual a solução dos problemas raciais brasileiros procederia da mestiçagem. Falando chulamente, passado e presente fluiriam em uma síntese: a solução viria da “pica”, com fusão de portugueses e africanos – o mestiçamento desenvolveria a igualdade racial”. Ora, salienta o Prof. Florestan Fernandes, a demonstração de António Cândido arruína este belo monumento socio-antropológico, pois a “miscigenação se processava na periferia da família patriarcal, não em seu núcleo”. O.c., p.89-90.

Acrescente-se que o último grande ensaio pretensamente científico consagrado ao luso-tropicalismo, é de autoria do Prof. Jorge Borges de Macedo, “O luso-tropicalismo de Gilberto Freyre. Metodologia, prática e resultados”, *Revista do ICALP*, nº25, Março de 1989, pp. 131-156. Não possuindo a menor competência socio-antropológica, o Prof. Borges de Macedo decidiu ignorar as reservas críticas feitas a esta proposta teórica de Gilberto Freyre, pelo que se trata de um artigo simplesmente encomiástico, que nunca consegue dissimular a sua sub-jacência racista.

⁶ Roger Bastide, *Anthropologie appliquée*, Paris, Payot, 1971.

Podemos aceitar como data de criação os primeiros trabalhos de Gilberto Freyre, embora os seus grandes estudos sejam mais tardios⁷. Convém todavia saber que estes estudos não encontraram eco em Portugal, onde a sociologia não existia, a não ser por via de algumas intervenções pontuais, como foi a de Paul Descamps, um discípulo de Frédéric Le Play na Universidade de Coimbra, acompanhado ou reforçado por François Perroux, no período em que este era ainda não só homem da direita, mas sobretudo salazarista ferrenho.

Ou seja, não se pode pensar em luso-tropicalismo em Portugal senão após 1945: José Osório de Oliveira conta ter procurado contactar Gilberto Freyre no Brasil, durante uma das suas viagens estipendiadas pela Agência Geral das Colónias, sem ter encontrado a menor receptividade por parte dos seus superiores ministeriais. Gilberto Freyre faz intervir na reflexão brasileira o peso da lição de Franz Boas, sublinhando a importância da contribuição cultural dos povos ágrafos⁸. Os portugueses, como de resto o próprio Roger Bastide, amputam severamente a gama das propostas freyrianas, mas a verdade é que a importação desta teoria permitiu robustecer a consciência e a prática coloniais portuguesas.

⁷ Gilberto Freyre, *Social Life in Brazil in the middle of the nineteenth century*, Nova Iorque, Colombia University, 1922. Esta primeira abordagem é constituída por um feixe de histórias de vida, centradas em torno dos Freyres galegos de Apipucos. Recorri à tradução brasileira, *Vida social no Brasil nos meados do século XIX. O livro embrião de Casa-Grande & Senzala*, Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangano, 1985 (3ª edição).

⁸ Não podemos repelir as páginas em que Ferdinand de Saussure denuncia o que podemos considerar como sendo o feiticismo da escrita, exaltando do mesmo passo a oralidade, graças à qual a humanidade estaria em condições de estruturar a sua própria existência. Todavia, do meu ponto de vista, como ignorar que a escrita suscita operações culturais que a oralidade não autoriza, como mostrou entre outros Jack Goody? V. *La raison graphique. La domestication de la pensée sauvage*. (*The domestication of the savage mind*), Paris, Les Editions de Minuit, 1979 (1977 para a edição inglesa).

Não há muito, um antropólogo cabo-verdiano – Mesquitela Lima – não hesitava em afirmar que o colonialismo português não dispunha de bases teóricas, quer dizer de um projecto. Mesquitela Lima não foi capaz de ver que os administradores portugueses souberam sempre desencantar na vasta gama das propostas antropológicas e colonialistas aquela ou aquelas que lhes podiam servir para assegurar a sua hegemonia colonial. A nossa modernidade colonial está toda empapada em Gilberto Freyre. Semelhante situação serve apenas para sublinhar por um lado a fragilidade teórica dos colonialistas, enquanto pelo outro deve servir para mostrar que esta operação permitia reforçar o laço com o Brasil, sendo os portugueses os criadores das técnicas novas de colonização que autorizam a eliminação da violência dos conflitos raciais. Em termos de oportunismo político, trata-se de uma operação que justifica as viagens pagas a Gilberto Freyre, assim como as condecorações que permitiam fazer brilhar as salas dos Freyres de Apipucos. O grave reside no facto de ser uma teoria que não permitiu esclarecer o caminho do futuro, na medida em que se replicava às condições modernas das relações inter-raciais com um discurso já completamente enterrado na socio-história. Ora é este discurso que subjaz a muitas propostas da criação dos espaços ou das comunidades dos povos de língua portuguesa, como se não houvesse que liquidar o grave contencioso do passado, e como se bastasse a magia do enunciado para fazer dos colonialistas de ontem os arautos da igualdade racial de hoje.

A verdade porém é que essas operações constituem um simples sinapismo, na medida em que a comunidade nacional, e sobretudo a sua **inteligência**, aceita mal a maneira

como os Outros, antigos dominados, rejeitam a violência da dominação. Não é difícil dar-nos conta da existência de muito sofrimento enquistado, que continua a fazer mal, e trava o passo do país para a modernização. Ao travar o movimento para a modernização, impede-se do mesmo passo a modernidade, seja ela cultural, seja ela política.

Há lugares de sofrimento nacional, que se podem identificar através das práticas linguísticas correntes. Uma delas reside certamente nas relações com as comunidades judias: até hoje a língua portuguesa continua inçada de expressões cuja função consiste em denegrir os judeus, que são não apenas sub-homens, mas sobretudo formas diabólicas, capazes de perverter a norma social e religiosa.

O mesmo se verifica no caso de árabes, mouros e africanos, embora no que se refere aos primeiros se registre a permanência mágica das mouras encantadas, sempre associadas, na nossa mitificação popular, à existência de tesouros enterrados ou emparedados, à disposição dos sonhadores, no sentido próprio da expressão. Uns e outros são animais de trabalho, o que já não acontece com os judeus.

No plano mais recente, a nação portuguesa reagiu maciçamente contra as duas operações que puseram em causa a sua integridade territorial: a independência do Brasil e o Ultimátum inglês de 11 de Janeiro de 1890. O “brasileiro” foi durante muito tempo, entre nós, o emigrante enriquecido que, regressado ao país, não hesitava em manifestar a sua independência económica de maneira considerada grosseira e agressiva.

Este “brasileiro” impediu que o autêntico brasileiro pudesse emergir, modificando de maneira substancial as relações entre os dois países. Não admira por isso que os

brasileiros tenham criado, mantido e divulgado as famosas histórias de português, destinadas a achincalhar o antigo colonizador. Não esqueçamos que tais histórias continuam a ser contadas, embora se possa verificar uma redução significativa, que parece indicar uma normalização das relações entre portugueses e brasileiros.

Levando em conta estas situações, que fazem parte da prática quotidiana, pensei que o melhor seria considerar três aspectos das relações entre os portugueses e os Outros, antigos colonizados, que me parecem reveladores das dificuldades encontradas na organização das relações. Os três capítulos escolhidos não são de mesma qualidade, sendo todavia igualmente reveladores das tensões existentes entre os utilizadores da língua portuguesa.

Decidi começar pelo aparentemente mais banal, e certamente o mais discreto: quero referir-me às questões da culinária e da cozinha. Só recentemente a banalização das problemáticas ligadas às maneiras da “corte”, graças sobretudo a Norbert Elias, forçou a história e a sociologia europeias a preocupar-se intensamente com o quotidiano. O homem não vive apenas em consequência do discurso abstracto, vive de coisas tão simples como a alimentação, cujos rituais de consumo forma amplamente definidos por Erasmo na sua *Educação Pueril*⁹.

Seguem-se dois outros capítulos: o primeiro consagrado à dificuldade em aceitar a existência de um discurso autónomo por parte dos colonizados, embora as razões que

⁹ O texto de Erasmo, *Civilitas lorum puerilium*, 1530, foi traduzido em francês, *La civilité puérile*, Paris, Isidore Liseux, 1877. As regras de estar à mesa transformam-se não só num ritual, mas num código, que separa os urbanos dos rústicos. Este texto continua a ser o modelo das regras que presidem ao bom comportamento urbano à mesa, e até fora dela.

justificam esta negação da história não sejam homogéneas. No caso brasileiro os portugueses não conseguem descortinar acções ou escolhas ou projectos que não sejam portugueses, ao passo que no caso africano estamos perante um discurso que recusa a capacidade dos africanos para dispor de uma história capaz de superar a simples descrição dos acidentes quotidianos.

O terceiro capítulo é completamente reservado ao problema da língua que se exacerbou quando desapareceu a possibilidade de assegurar o controle directo das populações. Durante o salazarismo foram elaborados mapas da Europa e da Ásia, sobre os quais se projectavam as colónias portuguesas, para concluir que “Portugal não é um país pequeno”. O sonho salazarista, que se confundiu com o delírio nacionalista, quis que fôssemos uma grande unidade territorial. A ideia do “Império” insistiu sempre em recusar a nossa pequenez geográfica.

Verifica-se, após 1974-1975, uma modificação subtil mas constante, cabendo agora à língua portuguesa – que se confunde com uma falsa língua lusa – a tarefa que foi durante muitos anos a dos territórios. Portugal passou a ser um país pequeno, mas dispondo de um agente específico, a língua portuguesa, que lhe permite recuperar a sua “grandeza”. Trata-se de uma prótese singular, mas que começa a revelar-se eficaz, permitindo recuperar – de maneira quase glotofágica – as culturas dos Outros¹⁰.

¹⁰Foi o malgrado Carmo Vaz que criou a sigla PALOP'S, para designar os países africanos de língua oficial portuguesa. É a língua portuguesa, e não a lusofonia que designa o cimento que, mesmo frágil, permite manter a união destes países. O equívoco associado à língua oficial permitiu a criação das literaturas africanas de “expressão” portuguesa. Ambas as maneiras de designar estas situações culturais manifestam a vontade portuguesa de assegurar o controle das línguas, das criações literárias e dos países em causa.

Os portugueses foram colocados perante uma terrível opção: aderir à Europa ou ficar excluídos desta operação que pretende criar um imenso mercado onde capitais e mercadorias terão dispensado fronteiras e controles. Semelhante perspectiva permite realizar alguns velhos sonhos que já tinham começado a organizar-se pelo menos em 1789 e nos anos subsequentes, quando a Revolução parecia capaz de ser amplamente cosmopolita. Bem sabemos a que ponto o seu nacionalismo permitiu reforçar e limitar o próprio discurso republicano. Com efeito, o nacionalismo serviu para liquidar o poder do monarca, quando não da própria monarquia, em proveito das forças produtivas, como já tinha esperado o dr. Quesnay.

O Manifesto Comunista de 1848, assinado por Karl Marx e por Frederich Engels continua a ser um documento fundamental ao fazer do trabalho o critério de identificação dos homens, impondo-lhes o único caminho que lhes parecia necessário e desejável: a união. Esta visão messiânica não podia deixar de suscitar a contradição provinda dos pensadores da direita que se tornaram nacionalistas, e tão nacionalistas que desacreditaram o nacionalismo da esquerda. O choque está por conseguinte definido desde pelo menos estes primeiros anos do século XIX: ou trabalhadores iguais, independentemente da origem, ou nacionais, que encontram no Estado alguma protecção contra as formas concorrenciais. As migrações e as emigrações eram já então um dos elementos capazes de corromper o equilíbrio dos grupos humanos.

A epopeia colonial, sobretudo após a primeira guerra mundial, deixou a Europa perante vários resíduos humanos entre os quais os que provinham dos “impérios” coloniais.

Face a esta situação anómala, multiplicaram-se as medidas administrativas, destinadas a impedir a proliferação a norte da gente do “sul”. Estas operações, cujo conteúdo racista é evidente, multiplicam-se com a unificação da Europa. A burocracia europeia domina as escolhas das populações. Não fora contudo Tocqueville que pusera em evidência o facto de as “revoluções” poderem dar origem à violência burocrática? Eis pois que os homens dependem cada vez mais da burocracia hiper-centralizadora de Bruxelas, e que esta burocracia é claramente marcada pela violência das suas pulsões contra os Outros em geral, contra os Outros do hemisfério sul em particular.

Tendo enfim compreendido que sem adesão à Europa Portugal não seria mais do que um obscuro grupo agarrado ao seu passado histórico, os governos fizeram o necessário para nos transformar em puros europeus. Todavia não se tomou a mínima precaução para salvar os laços privilegiados que devíamos manter com os antigos colonizados, que tanto podem ser “filhos” como “irmãos”. Na verdade a adesão ao tratado de Schengen transformou-os em puros “enteados”. Sempre que as diversas instâncias burocráticas propõem mais uma medida destinada a assegurar a exclusão dos Outros, Portugal assina. O que não impede a burocracia política portuguesa de afirmar a necessidade de criar um grande espaço político, capaz de unir os interesses e os projectos dos “lusófonos”!

Seria simplesmente cómico, se não fosse desesperante. Graças a estas operações, estamos em via de impedir que os locutores de português possam chegar à Europa. O inverso há-de naturalmente ser também verdadeiro: dentro de pouco tempo as medidas de retaliação trabalharão no

sentido de criar separações estanques, dado que o racismo europeu se torna cada vez mais virulento. O problema é hoje muito simples: não teria havido a possibilidade de negociar a adesão portuguesa ao tratado de Schengen, permitindo um tratamento menos brutal aos Outros, africanos, americanos e asiáticos? Deixou de haver paradoxo nestes comportamentos, que são apenas vulgarmente cínicos. Sempre que o lucro, produto da economia-mundo, se torna o único resultado a alcançar, é evidente que o homem, com os seus problemas, as suas inquietações, deve ser alijado. A dureza dos comportamentos europeus, que parecem contrariar a lição humanista pós-revolução francesa, não se pode explicar senão pela via do lucro, sendo o capital cada vez mais internacional, como sempre anunciara o velho – e o jovem – Karl Marx.

Os dirigentes europeus aceitaram um objectivo preciso, que nenhum governo, nenhum dirigente, designa de maneira ostensiva: eliminar o Outro, turco ou africano, magrebino ou asiático, procurando reconstruir um tecido implicitamente eugenista. Eugenismo político, em primeiro lugar, reforçado quase no mesmo movimento, pelo eugenismo biológico. Poderia esperar-se que os países mais implicados nas relações com os Outros, por exemplo os portugueses, os franceses e os ingleses, tivessem procurado atenuar a violência das regras bruxelenses. Tal não aconteceu e verifica-se até que a França, empurrada pelo ideário do **Front national**, dirigido pelo antigo oficial pára-queda Jean-Marie Le Pen – que participou na tortura de militantes e de simples cidadãos argelinos, fez da “preferência nacional” um valor absoluto, que não parece compatível com os princípios da livre circulação dos tra-

balhadores. A verdade porém é que a Europa bruxelense revela um vigoroso espírito burocrático – que actualiza as ideias de Tocqueville e de Weber-, e contraria toda e qualquer herança dos humanismos que provocaram tanta revolução e tanta reforma.

A legislação europeia não pode deixar de exacerbar as situações conflituais, pondo constantemente em causa a estabilidade, a paz social e psíquica dos Outros, venham eles de onde vierem. Embora cada país da Comunidade Europeia possua os seus “adversários” principais. Se os alemães pretendem expulsar os turcos, os franceses tem como inimigo principal os magrebinos, e entre estes os argelinos, ao passo que os espanhóis se concentram contra os “moriscos”. Também não escapamos a essa vaga racista, sendo os cabo-verdianos o grupo mais atingido pela violência racista portuguesa. Ou seja, a Europa burocrática, que inventou o Tratado de Schengen não tem feito mais do que oficializar e racionalizar – quer dizer burocratizar – os sentimentos de exclusão. O Outro é diferente, e esta diferença serve hoje de argumento negativo, que só pode justificar e exigir a expulsão. Não vem longe o tempo em que os governos serão obrigados a criar transportes unicamente consagrados às viagens destinadas a devolver os emigrantes aos seus países de origem¹¹.

Neste caso, como é que se podem criar as falsas comunidades da língua, quando as regras políticas hostilizam

¹¹ Esta situação já deu lugar aos famosos “charters”, franceses ou belgas, que devolviam aos seus países de origem os trabalhadores clandestinos que procuravam compensar na Europa urbana a miséria criada pelo colonialismo. Os partidos europeus da extrema-direita continuam a denunciar a emigração e a exacerbar a “preferência nacional”, que devolverá aos “indígenas europeus” o paraíso que os emigrantes lhes tinham negado!

toda e qualquer operação de integração? Tal é o grave problema a que devem responder os países que continuam a apoiar os movimentos francófonos, lusófonos, hispanófonos, ou anglófonos, mesmo se os ingleses se mostram mais discretos do que os portugueses e os franceses. Mas Salmon Rushdie é um escritor “anglófono” e até “inglês”, sendo contudo um originário do Commonwealth. Deve todavia denunciar-se a língua hipócrita dos diplomatas e dos agentes do Estado, quando defendem a criação de “comunidades”, que não podem funcionar dados os compromissos políticos já assinados. Não se trata da simples “língua de pau” específica da diplomacia, que procura falar sem dizer nada, mas de algo ainda mais grave: estamos perante operações de negação do Outro, que ousam, com o cinismo a que já se fez referência, avançar propostas que não poderão ser levadas a cabo.

A COZINHA DOS OUTROS

Pode dizer-se simplesmente que a invenção da modernidade se regista em primeiro lugar na alteração das regras utilizadas para comer à mesa com os Outros. O primeiro autor a pôr em evidência a necessidade premente de criar regras gerais nesse campo, foi certamente o Erasmo da **Educação Pueril**, a que já foi feita referência. Em algumas páginas apaixonantes, Norbert Elias contou o carácter perturbador da importação e da banalização do garfo, e não faltam a esta problemática as muitas surpresas dos portugueses perante as práticas chinesas, como regista já Galeote Pereira¹. O debate é amplamente anterior ao

¹ Galeote Pereira, *Algumas coisas sabidas da China*, Lisboa, Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1992 (1579?). Em várias passagens o autor procede ao inventário dos alimentos chineses, surpreendendo o gosto pela carne de porco: “mas os chineses naturalmente são os maiores comedores do mundo, e comem tudo, em especial de porco, e quanto mais gordo tanto menos os enfastia. Não sobem os preços mais por ser a terra, como disse, muito abastada. Muitas vezes abaixam os preços e não sobem. As rãs têm cá o preço das galinhas. Comem toda outra sujidade cães, gatos, sapos, ratos, cobras” (p. 19-20). O paradoxo reside no cuidado observado no comportamento à mesa: “Mas como tudo lhe(s) vem cortado à mesa e terem por costume comerem com dois pauzinhos sem tocarem em nada com as mãos, como nós com as colheres, podem por esta causa escusar toalhas” (p. 25). Sabemos assim que os portugueses ainda não usavam garfo, mas que os chineses conseguiam ser extremamente limpos servindo-se dos famosos pauzinhos. As regras de comportamento rejeitavam o recurso às mãos.

século XVI, como não podia deixar de ser, e a **Bíblia** conta-nos, com o pormenor indispensável, alguns milagres de Jesus Cristo, três dos quais directamente associados à alimentação, multiplicando-se o pão, o vinho e os peixes.

A congregação dos homens exige que se comam colectivamente os alimentos simbólicos, e o banquete e a festa não fazem mais do que assegurar a estruturação dos rituais. Pode até traçar-se uma linha que da Bíblia nos leva a Heródoto, antes de alcançar Erasmo e, nos nossos dias, Claude Lévi-Strauss e Jack Goody. As regras da mesa são precedidas pelas preparações, e se Lévi-Strauss separa o cru do cosido, e o grelhado do guisado, não podemos deixar de considerar a relação entre grupos ou classes sociais e formas e práticas alimentares. Naturalmente os recolectores não podem ter a cozinha dos agricultores, tal como os escravos não comem como os senhores. A dialéctica das relações entre o senhor e o escravo também passa pela cozinha, podíamos avançar.

Entrar em contacto com o Outro quer também dizer identificar as suas práticas alimentares, que podem ser aceites, repelidas ou modificadas. Os portugueses, que contam entre os grupos que mais fizeram para assegurar a circulação e a banalização de muitas plantas, sobretudo americanas e asiáticas, prestaram uma atenção cuidada e sistemática a estas práticas. Uma das operações mais repetidas pelos marinheiros e outros viajantes portugueses, reside na oferta de comida aos Outros: a identificação dos homens depende do palato, e talvez essa operação seja mais importante do que aquela que diz respeito à língua. Por essa razão, os marinheiros portugueses começam por oferecer aos Outros os seus alimentos preferenciais.

Tal é o que se faz por exemplo na Carta de Pero Vaz de Caminha, em Abril de 1500: “deram-lhes ali de comer pão e pescado cosido, confeitos, farteis, mel e figos passados; não quiseram comer daquilo quase nada. E alguma coisa, se a provavam, lançavam-na logo fora. Trouveram-lhes vinhos por uma taça, mal lhe puseram boca e não gostaram dele nada nem o quiseram mais. Trouveram-lhes água por uma albarrada: tomou cada um deles um bocado dela e não beberam: somente lavaram as bocas e lançaram fora”². Eis a rejeição dos portugueses plenamente consumada: nada do que eles podem propor como alimentação, quer dizer como lugar de reconhecimento e de identificação, pode ser apreciado ou aceite. O índio é portador de um palato selvagem.

São por essa razão numerosas as passagens em que se regista a incompatibilidade dos sistemas alimentares, mas bastará reter uma, a que aparece no episódio de Fernão Veloso, que fora descrito pela primeira vez por uma testemunha ocular, o famoso Álvaro Velho, que embarca possivelmente na Serra Leoa com a expedição de Vasco da Gama. É este “escrivão” que conta, em Novembro de 1497, a operação em que participou este Fernão Veloso que pediu autorização ao almirante Vasco da Gama para acompanhar os autóctones, que parecem ser um grupo de hotentotes. Para o homenagear os africanos matam alguns lobos marinhos, que preparam para oferecer ao português que não hesitara em segui-los até à sua aldeia. Fernão Veloso parece não ter apreciado esta cozinha, e esta rejeição dos alimentos preparados em sua honra não podia deixar de agastar os anfitriões.

² Pero Vaz de Caminha, *Carta a el-rei D. Manuel*, Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1974, p. 41.

O incidente é suficientemente grave para ser retido por praticamente todos os cronistas que se empenham em descrever com muitos pormenores, as condições em que se estabelecem as relações entre as duas comunidades. Nesse plano, o texto mais sedutor é naturalmente o de Álvaro Velho onde se nota, todavia, uma particularidade que parece difícil de explicar: não há nenhuma referência à língua e à maneira de falar deste africanos, que encontramos contudo descrita com infinito pormenor no texto de Damião de Góis³. Qual a razão deste silêncio de Álvaro Velho? Mas já se ocupa ele, e miudamente, do incidente que opõe Fernão Veloso aos Hotentotes, que procuram tirar desforço de um hóspede tão pouco reconhecido. Trata-se certamente de uma ruptura profunda, que fora precedida por outras informações.

Com efeito, Já anteriormente os portugueses se tinham dado conta dos particularismos alimentares africanos: Gomes Eanes de Zurara dá conta das opções de João Fernandes, marinheiro que conhecia o árabe, e que pediu para ficar em terra de maneira a melhor conhecer as práticas sociais dos autóctones. Desembarcado como um lançado, João Fernandes foi recolhido alguns meses mais tarde, quando já estava fartíssimo da terra, entre populações que não conhecia. Zurara e João Barros retém ambos o sistema alimentar dos Azenegues, ou seja das populações bérberes desta região de Sahel. A alimentação é constituída essencialmente por peixe e por algumas poucas ervas. A bebida é leite de camela. O cardápio bérbere é por isso caracterizado negativamente, pois lhe faltam os dois produtos que

³ Damião de Góis, *Crónica, del Rei D. Manuel*, Lisboa, Francisco Correia, 1566-1567.

caracterizam as cozinhas do Mediterrâneo: o pão e o vinho⁴. Falta também a carne.

Mal grado isso, Gomes Eanes de Zurara dá-se conta do que pode parecer uma incongruência: este sistema alimentar não pode ser tão mau como se pretende, pois João Fernandes engordara! Tal é certamente a conclusão inesperada, pois se podia esperar que esta alimentação tivesse esfomeado o marinheiro português, obrigando-o a operações autofágicas que o deviam ter reduzido à pele e ao osso. Assim não é e podemos entender, nos implícitos do texto, que não pode ser inteiramente negativo, como mais tarde o pensarão os marinheiros da expedição comandada por Vasco da Gama.

São contudo os moradores de S. Tomé que nos parecem merecer uma atenção mais cuidada, pois o famoso texto do Piloto anónimo, esse marinheiro português instalado, após a reforma, em Vila do Conde, dá conta da importação de um grande número de alimentos, para poder satisfazer as necessidades dos europeus que formam então o núcleo colonizador do arquipélago. O modo de produção é simples: “o principal negócio dos habitantes desta ilha é fabricar açúcar e vendê-lo aos navios que vão buscá-lo todos os anos. Levam estes barricas de farinha, vinho de Espanha, azeite, queijos, couros para sapatos, espadas, taças de vinho, contas de uma espécie de conchinhas pequenas e brancas, a que os italianos chamam **porceleto**, e nós búzios e que servem na Etiópia como moeda. Se não fosse estes navios que conduzem estes géneros, os mercadores bran-

⁴ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de Guiné*, Porto, Civilização Editora, 1972, não se sabendo ao certo a data em que o texto foi concluído, no século xv, cap. XXXIV.

cos morreriam, porque não estão costumados às comidas dos negros⁵.

Todas as informações confirmam a existência de um sistema alimentar europeu que rejeita todos os demais sistemas, considerados não só inferiores, mas perigosos. Encontramos a mesma situação no Extremo Oriente, onde os viajantes e missionários portugueses rejeitam violentamente o pão de sagu, que não pode ser confundido, nesta óptica, com pães obtidos a partir dos cereais mediterrânicos⁶. Esta operação conta certamente entre as mais singulares, tanto mais que terá eco na própria Europa, embora de maneira algo surpreendente. Os tubérculos americanos conheceram um destino muito diferenciado: os europeus aceitaram rapidamente a batata doce, possivelmente devido à notória insuficiência em sacaroses, ao passo que repeliram a batata, que só começou a banalizar-se nos primeiros anos do século XIX, transformando-se no “legume” mais utilizado pelas cidades da revolução industrial. Seja contudo onde for, os europeus, **a fortiori** os portugueses, rejeitam as formas alimentares dos Outros, consideradas grosseiras ou, pior, nefastas, quando não mortais.

⁵ Viagem de Lisboa à Ilha de S. Tomé escrita por um piloto português (século XVI), Lisboa, Portugal, s. d., Cap. XI, p. 53-56.

⁶ Preso em Ternate, em 1531, o Pde. Francisco Vieira recusou comer durante trinta dias, pois só lhe davam sagu: “vós outros, que tendes para me dar? Inhames e sagu? Eu sou negro?! Dai-me pão e vinho”, Pde. Artur Basílio de Sá, *Missões da Insulândia*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, vol. II, p. 31, 1962. O sagu é a substância amilácea, extraída da parte central de algumas palmeiras e de que “fazem pão os japoneses”, sublinham alguns dicionários. Registemos sobretudo a violência da fronteira entre os alimentos “normais”, quer dizer mediterrânicos, ou brancos, e os não-normais, que não podem deixar de remeter para a selvajaria, como no caso dos inhames, que nunca integramos no nosso sistema, e do sagu. O texto não nos diz se o pobre do Padre acabou por receber uma boa dose de vinho tinto e um bom naco de pão de trigo. Todavia, a fronteira alimentar encontra nesta passagem mais uma ampla confirmação.

Não poderemos acompanhara o longo percurso destas recusas, nem a maneira como o colonialismo se serviu desta situação para reforçar a sua hegemonia. Pretendemos mais modestamente salientar o facto de esta maneira de ver a alimentação dos Outros ser indissociável do discurso colonialista, como revela a legislação portuguesa que, em 1954, criou o estatuto do “assimilado”. Para que o “indígena” pudesse transformar-se em assimilado, era necessário que tivesse abandonado os “costumes indígenas”, entre os quais os que se referiam ao mobiliário e à alimentação. O escritor angolano Raul David contou, com humor, as condições em que se realizava essa operação, que visava impedir o acesso dos “indígenas” ao estatuto dos “assimilados”, que oferecia a vantagem de por os africanos ao abrigo das operações levadas a cabo pelos funcionários administrativos, destinadas a encontrar força de trabalho para as obras do Estado, ou para a fornecer aos fazendeiros, industriais ou comerciantes.

Melhor do que ninguém explica o escritor angolano a violência da “assimilação”, que os teóricos do luso-tropicalismo sempre consideraram a plataforma ideal para permitir a “ascensão vertical” dos africanos. De acordo com Raul David, os africanos só podiam obter o bilhete de identidade, garante da cidadania portuguesa, por via de uma “humilhação total do negro”: “um indivíduo tinha que preparar uma série de documentos, uma coisa doida... Certidão de idade, habilitações literárias, isto é, a 4ª classe, diploma, atestado de residência, atestado de comportamento moral e civil – dado pelo administrador do concelho – veja bem... “Renunciemos aos pormenores para salientar a maneira como a colonização portuguesa desqualificava

todos os comportamentos africanos, para só valorizar o que podia ser identificado como europeu e mais particularmente como portugueses.

A administração portuguesa procurava verificar a maneira como viviam os candidatos à assimilação, pelo que procedia à revista da residência para ver em que condições ele vivia- “se tem mobília, se não tem mobília... Evidentemente que as autoridades eram ludibriadas, porque havia sempre um parente que emprestava...” A “revista” era assegurada pelo chefe de posto ou então pelo aspirante: “ia a casa da pessoa para ver se ela tinha móveis, como é que se alimentava – se se alimentava à base de alimentos indígenas, então não tinha deixado os hábitos e costumes nativos⁷. Nada pode ser mais claro do que esta rejeição de tudo o que possa trazer a marca africana, a ponto de as autoridades portuguesas terem decidido impor a europeização dos alimentos.

É certo que esta exigência legal oculta um elemento que, não vindo embora referido nos textos, merece uma referência: os funcionários públicos portugueses consideravam com muita violência o facto de receberem vencimentos iguais aos dos africanos, porque estes, sendo na sua maior parte oriundos de Angola, podiam comer o que dava a natureza, “por estarem habituados desde que nasceram”. Ao passo que os europeus, treinados noutra sistema alimentar, eram obrigados a adquirir produtos importados, naturalmente mais caros. As autoridades portuguesas sublinham este elemento polémico, procurando europeizar os palatos, e impondo por isso uma franca branquização do

⁷ Entrevista de Raul David, in Michel Laban, *Encontros com escritores. Angola*. Porto, Fundação Engº António de Almeida, 1991.

sistema alimentar. Os quatro séculos que medeiam entre a escrita do piloto anónimo e a criação da legislação consagrada à assimilação sublinham a resistência dos preconceitos portugueses, que nada conseguem abalar.

Claro que reconhecemos o carácter fundamental dos sistemas alimentares, que integram um individuo na sua comunidade, e não se trata de maneira alguma de condenar as particularidades que fazem parte da própria consciência nacional. O que está em causa é a franca rejeição de qualquer forma de reciprocidade, fazendo dos sistemas alimentares africanos uma simples manifestação de selvajaria, a ponto de eles serem claramente condenados pela legislação portuguesa. A pressão dos retornados acabou por banalizar algumas preparações culinárias, como a moamba ou o churrasco, ou asiáticos, como o caril, ou em alguns lugares mais discretos, o calèlu santomense ou a cachupa cabo-verdiana. Trata-se todavia de excepções ou de quase excepções, que nem sequer podem comparar-se com as modificações registadas em França com o regresso dos “rapatriés” que fizeram do cuscus um autêntico prato nacional francês, acompanhado pelo mechui e outras preparações magrebina. Se fizermos as contas, podemos verificar que tudo se passa como se a defesa da integridade do território e da cultura passasse necessariamente pela rejeição das invasões culinárias.

Pela boca morre o peixe, continua a dizer-se em português. Deve contudo acrescentar-se que a boca é o lugar mais sagrado que algumas culturas encontraram para se afirmar. Geneviève Calame-Griaule mostrou a sua particular importância na organização da produção da palavra em muitas culturas africanas, onde a palavra perfeita só pode ser

pronunciada por uma boca pura. Por isso os homens são convidados a manter-se em silêncio, quando acordam, enquanto não tiverem procedido à limpeza necessária da boca⁸. Nesta tentativa de definir alguns dos parâmetros capazes de definir os particularismos das relações inter-raciais, já pudemos ver que a língua e a cozinha são duas formas particulares e indispensáveis de contacto e de comunicação. Como se de facto o homem não pudesse pensar-se sem uma boca constantemente limpa, capaz de pronunciar a palavra pura, tal como será capaz de apreciar a cozinha perfeita.

Recentemente o contra-almirante Rosa Coutinho, recorrendo ao seu inimitável estilo de chefe popular e até um pouco corrêcio, sublinhava o carácter particular do MPLA e as razões que o tinham levado a apoiar-se nesta organização no período que precedeu a independência: “são os únicos que apreciam o vinho e o bacalhau com batatas”⁹. Podíamos, inversamente, interrogar as práticas culinárias dos antigos colonizados, para verificar que a cozinha portuguesa está em via de desaparecer no Brasil, onde ela se concentrava em duas preparações: a galinha ao molho pardo, e a bacalhauzada. A industrialização do frango fez desaparecer as galinhas vivas e por consequência o sangue sem o qual não há molho pardo, ao passo que as vicissitudes da pesca no Atlântico mostram uma tendência inexorável para a redução do bacalhau pescado nas águas frias do norte. O Brasil come cada vez menos português, registando-se algumas preparações onde se pode ainda registar uma ténue presença africana.

⁸ Geneviève Calame-Griaule, *Ethnologie et Langage. La parole chez les Dogon*, Paris, 1965.

⁹ Intervenção do contra-almirante Rosa Coutinho, na emissão “África Aqui”, TVI, Sábado 2 de Junho de 1995.

Verifica-se contudo evidente continuidade nos comportamentos portugueses: Caminha verifica a rejeição dos alimentos portugueses pelos índios da Terra de Santa Cruz, e esse movimento é corroborado, embora numa simetria invertida, por Rosa Coutinho em Angola. Os cinco séculos que separam os dois acontecimentos não modificam substancialmente a maneira como os portugueses julgam os outros. Parece não haver uma cozinha francamente “lusitana”, não se registando grandes convergências. E se os brasileiros começam a beber mais vinho, é em função da produção de Bento Gonçalves e regiões associadas, e não para respeitar as regras alimentares portuguesas. Há mais cozinha portuguesa em certas ruas de Toronto, do que no imenso território brasileiro, e esta simples constatação convida a reconsiderar a maneira como Raul David descreve o carácter inaceitável da violência culinária da administração portuguesa.

De resto este aspecto tão particular das relações entre os continentes e as sociedades podia assentar numa análise do comportamento dos portugueses perante os inhames e a mandioca, ambos rejeitados pelas “cozinhas lusitanas”. Até hoje a farinha de mandioca continua a ser a “farinha de pau”, para distinguir, como tinham feito viajantes e missionários no Pacífico em relação ao sagu, da única farinha reconhecível e então aceitável: a farinha obtida dos diferentes cereais do Mediterrâneo, que ainda não integravam o milho americano. E, até hoje, a mandioca, seja aipim, seja macacheira, continua banida das práticas culinárias portuguesas. Mais ainda: há poucos anos era considerada marca da selvajaria, como conta Raul David, com o riso divertido de quem não pode viver sem a fuba quotidiana, que permite pirões tão gostosos!

A RECUSA DA HISTÓRIA DOS OUTROS

O inventário das contradições por assim dizer inerentes ao discurso “lusófono” não pode deixar de lado a importância da negação da história dos Outros. Não se trata, como é mais do que evidente, de considerar os portugueses como constituindo uma exceção. Mas a norma europeia, que é também a norma da colonização, adquire aqui a sua importância máxima. A elaboração dos discursos históricos nacionais não pode deixar de se organizar no confronto e no conflito: interno algumas vezes, externo sempre. A consciência nacional define-se obrigatoriamente por via da recusa do Outro, ou mais simplesmente dos Outros. Esta operação ideológica – considera-se aqui a ideologia não como uma simples elaboração sem peso na organização da história, mas sim como um dos elementos mais dinâmicos na organização das relações dos homens – assenta naturalmente na importância da memória, a biológica, claro, mas sobretudo – no caso de muitos países – a da escrita, a do registo.

Neste campo não é possível deixar de separar as duas problemáticas que nos interessaram: a brasileira, em parte

oral, mas em parte escrita. Ora verifica-se que não só os portugueses não foram capazes de aceitar o carácter nacional da história do Brasil e dos brasileiros, mas não forneceram, nenhum historiador para a organizar. A primeira *História do Brasil (History of Brazil)* apareceu em Londres, em 1809, sendo de autoria de Andrew Grant. Este livro foi editado em francês na Rússia, e em alemão em 1814. Anteriormente, em 1810, Robert Southey publicara, em Londres, uma história brasileira, e em 1815, Alphonse de Beauchamp publicava em Paris a sua *Histoire du Brésil*, seguida em 1821, pela história do inglês James Henderson, e pelo *Resumé de l'Histoire du Brésil*, que Ferdinand Denis publicou em 1823.

Não é difícil verificar que o Brasil passa da situação colonial para a de nação potencial, graças à instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro em 1808. As novas regras comerciais impostas pelos ingleses e pela nova situação portuguesa, arrastaram com elas a escrita da história: o Brasil já não é apenas o "objecto histórico" dependente da sua condição colonial, aparecendo como uma autonomia histórica. Se é certo que só a criação, em 1839, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro permite a organização de uma "ideologia histórica" brasileira¹, que arrasta consigo participação dos historiadores alemães, a verdade é que o Brasil começara a separar-se da sua dependência

¹ Este Instituto foi criado em 1839, tendo como objectivo "coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e geografia do Brasil". Por mais científico que fosse o projecto, a verdade é ter sido ele caracterizado por uma xenofobia indiscutível, como aparece no discurso do secretário-perpétuo, Januário da Cunha Barbosa: "deixaremos sempre ao génio empreendedor dos estrangeiros o escrever a nossa história, sem aquele acerto que melhor pode conseguir um escritor nacional?..." Estamos perante uma deriva do nativismo, justificado, no quadro da ideologia nacional brasileira, pela necessidade de elaborar o discurso histórico nacional.

dos portugueses já em 1809. Sem contudo suscitar a reflexão política ou historiográfica dos pensadores portugueses.

É todavia certo que não é este o ponto mais agudo e agressivo da negação da história do Outro, na medida em que as elites intelectuais brasileiras podiam aceder às formações universitárias superiores, embora para isso fossem obrigadas a abandonar o Brasil. Fieis a uma técnica académica restritiva, conservada de resto até 1961, os portugueses recusaram-se à criação de Universidades nos países colonizados². A ascensão lenta mas inelutável da burguesia brasileira multiplicou os estudantes brasileiros matriculados nas universidades europeias, contrariando assim o projecto português. A situação era infinitamente

² Esta acusação é repetida com muita constância e não pouca acrimónia, que são amplamente justificadas. Basta considerar que os espanhóis, e no caso do México, criaram colégios extremamente cedo: em 1536, em Santa Cruz de Tlatelolco, em 1538, o Colégio de San Juan de Letrán, "para niños mestiços", Tripitio em 1540, principalmente destinado aos "criollos", em 1540 o seminário jesuíta de San Ildefonso, etc... A Universidade de México foi criada em 1533 e inaugurada pelo vice-rei Velasco. A comparação é desfavorável ao processo colonial português, que teimou em não permitir que os Outros, mas também os nacionais, conseguissem educar-se. O Estado, o clero, e nobreza, apostaram na recusa do conhecimento, como motor da sua própria sobrevivência. Os Estudos Gerais de Luanda e de Maputo (criados em 1963) são menos o resultado das escolhas portuguesas, do que as consequências da eclosão da guerra de guerrilha.

Deve também lembrar-se que a criação destes *Estudos* não foi tarefa simples, pois o então Ministro do Ultramar, Prof. Adriano Moreira, revogou a criação dos **Centros de Estudos Universitários**, criados pelo governador-geral Venâncio Deslandes, que abriam as portas aos angolanos que só tinham podido frequentar as escolas técnicas e os seminários. A decisão de Adriano Moreira, incitada pela Junta Nacional de Educação, destinava-se a afastar os jovens angolanos das formações universitárias, pois que o acesso aos **Estudos Gerais Universitários** exige a escolaridade liceal, que fora sistematicamente recusada aos autóctones. A decisão de Adriano Moreira cabe, contudo, no quadro repressivo que o fascismo salazarista sempre utilizou para impedir o alargamento das formações universitárias, primeiro em Portugal, depois nas colónias. As independências chegaram sem que algumas colónias dispusessem de instituições universitárias (casos da Guiné, de Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe). V. a este respeito, Norberto de Castro, *Ano de Kassarji*, Luanda, Cooperativa Editorial "Mulemba ua xá Ngola", 1996, particularmente pp. 53-86.

mais grave no caso dos países africanos, onde a ausência da escrita criou dificuldades que só podiam ser superadas graças ao apoio da potência colonial. Esta, respeitando nesse aspecto algumas regras das técnicas coloniais europeias, não agiu no sentido de banalizar a aprendizagem da escrita e da leitura.

Os portugueses participam naturalmente na visão europeia do Outro africano, registando-se o ponto mais agudo da negação da sua história na reflexão de Hegel, e mais particularmente em **A Razão na História**, onde se salienta que os povos que ainda não tinham conseguido separar-se na natureza, não passavam de coisas dessa mesma natureza. Sem escrita, estão impossibilitados de história. Hegel não faz mais do que reforçar Santo Agostinho que fizera do Livro o mediador indispensável entre o mundo eterno e o mundo temporal: “Ele é ao mesmo tempo limite externo do mundo criado assim como a Revelação da palavra de Deus escrita nos pergaminhos com as sílabas temporais”. O que reforça o sentido das fórmulas utilizadas por Hegel, porque impedem que os povos sem escrita e por isso sem Livro, possam entrar em contacto com a própria divindade. O animismo é assim a religião dos sem Livro.

A oposição frontal entre os povos com escrita e os povos sem escrita, que o século XVI já banalizara, torna-se ainda mais aguda, tanto mais que permite decidir, impor e banalizar a selvajaria do outro. O facto de lhe ser recusado o acesso à escrita, quer dizer ao Livro, constitui por isso uma operação destinada a assegurar a permanência do estatuto de inferioridade, como se verá mais adiante, quando me ocupar da questão da língua. Não é apenas a língua

que cria a homogeneidade dos grupos, mas a palavra escrita, que fornece a norma à oralidade. Poderíamos resumir a situação dizendo que sem escrita, nem Deus, nem História. Esta grelha teórica permite naturalmente organizar a classificação dos povos e dos continentes, como de resto se fazia já no caso de Gomes Eanes de Zurara ou de Cristóvão Colombo.

Esta opção reforçou-se no período post-revolução francesa, quando as histórias nacionais foram organizadas para sublinhar a legitimidade das nações e dos seus governos. A genealogia das raças permitiu a elaboração das genealogias das nações. O esforço dos paleontologistas europeus procura sobretudo provar a antiguidade dos povos que ocupam um determinado território. Quanto mais vestígios de ossadas no passado, maior será a legitimidade nacional, como dirão primeiro Maurice Barrès e depois Pierre Chaunu. A paleontologia fornece, e será um dos paradoxos desta novel ciência, uma dupla argumentação: no primeiro caso sublinha a unidade física do homem, provada pelos resíduos ou pelos fósseis, no segundo procura fornecer as provas que justificam a ocupação de um determinado território.

Os africanos são decididamente afastados da história: da sua história, claro, mas mais ainda da **história universal**. Só conseguem entrar nesta história de contrabando, quer dizer arrastados pelas formas de dominação existentes. Cada unidade imperial dispõe dos seus africanos, seja em África seja na América, e são as potências coloniais que dão sentido à humílima existência dos dominados. A história não pode eximir-se à sua tarefa de criar a ordem, razão pela qual os colonizados se transformam em

meros apêndices das histórias nacionais, encarregados, quando muito, de fornecer condições para permitir a eclosão e a afirmação dos heróis da dominação, santos ou guerreiros, comerciantes ou governadores. Se não fora a história de cada potência colonial, a história dos dominados seria verdadeiramente impossível.

Tal é a visão portuguesa da história dos diferentes territórios sob dominação portuguesa³. De resto os historiadores portugueses sublinham que as nossas relações com os Outros, são caracterizadas pela guerra. A leitura dos textos consagrados ao “império do oriente” ou às relações com os brasileiros, ou ainda com os africanos, salientam este aspecto: são histórias da guerra, histórias das guerras. Os Outros só aí estão por ser necessário um adversário para provar a qualidade dos homens e dos materiais portugueses. São apenas indispensáveis para permitir a demonstração da excelência dos portugueses e as guerras são um prefácio as técnicas de controle das estradas e das produções comerciais. O nosso comércio é sempre precedido e acompanhado pelo troar dos canhões, e pelo rumor das partasanas. Sabemos que a pirataria não é mais do que uma forma particular de investimento industrial, mas mesmo assim não podemos deixar de nos sentir incomodados perante os grandes autores e os grandes livros consagrados à “epopeia” portuguesa: ela é feita do sangue dos Outros.

O mesmo se regista em todos os mais continentes, na medida em que o mundo não pode ser outra coisa mais do

³ O paradoxo reside, todavia, na maneira como alguns autores foram capazes de ouvir e de registar algumas tradições orais que permitem a reconstituição de fragmentos dos discursos históricos de algumas nacionalidades angolanas, moçambicanas ou outras. Todavia o paradoxo revela rapidamente os seus limites: trata-se de sub-histórias, que não merecem a dignidade da história de carácter universal.

que um reflexo da soberba portuguesa. Tive essa intuição ainda na escola primária, quando um dos meus condiscípulos, nascido no Rio de Janeiro – o António Afonso Cachome emprestou a **História do Brasil** que trouxera da escola carioca que frequentara: a importância do Tiradentes, como a de Frei Caneca dominava o discurso nacional brasileiro, e não havia eco desses heróis na “nossa” história. Muitos anos mais tarde, conversando em Paris com Marc Ferro reforcei essa intuição, que o grande historiador francês transformou em teoria, que sublinhava o carácter nacional da história, numa linha que já fora entretanto aberta por António Gramsci.

Se, inegavelmente, demos alguns modestos passos em frente, tal se deve aos licenciados e doutores formados nas Universidades estrangeiras, francesas, inglesas, alemãs, suecas, norte-americanas, que permitiram que o ranço colonialista fosse ásperamente lixiviado. Estamos ainda no começo da tarefa, na medida em que se não trata apenas dos conhecimentos escolares e universitários, mas antes do sentimento geral, que continua a considerar os Outros como meros objectos da história nobre dos portugueses. A força do nosso etnocentrismo amputa o mundo que pretendemos ter mais do que descoberto, inventado. Do nosso ponto de vista, a humanidade só pode ser considerada no caso de reflectir as problemáticas, os fantasmas e as obsessões portuguesas!

É certo que se ensinam literaturas, seja brasileira, sejam as africanas, mas não em nome da autonomia dos criadores e dos países, mas sim em função da “língua portuguesa”. As literaturas seriam a prova complementar da superioridade dos portugueses, pois que os dominados não podem

chegar ao Livro a não ser recorrendo à língua do colonizador. Não há por isso incoerência universitária, mas antes um discurso cuja obsessão é garantia da homogeneidade. Razão pela qual as independências recentes não alteram a estrutura do discurso histórico. Nem sequer se procurou criar uma cadeira que, ao lado das muitas expansões, enunciasse a qualidade universal da espécie e da sua história.

É evidente que não haverá modificação nos tempos mais próximos, devido à necessidade de compensar a violência da amputação por um discurso legitimador. Se dermos a volta a estas figuras, que vamos nós encontrar? Nada mais do que o sofrimento dos amputados, a quem dói o membro que já não possuem, devido a uma mensagem aparentemente absurda do sistema nervoso. Tal é a situação portuguesa, que não podia deixar de ser confrontada pela Universidade, que mais do que produzir o saber, consagra o passado. E durante muitos anos ainda vamos certamente continuar a incansavelmente “descobrir” os homens que tinham criado estruturas sociais coerentes e duradouras. Mas ao ser “descobertos” transformavam-se em coisas mais ou menos infantis da história humana, devendo por isso ser regenerados pelo trabalho, que na maior parte das vezes exigia a violência e a escravatura. A “epopeia” não consegue esconder o rumor do sangue e o terrível odor da morte.

A RE-DESCOBERTA DA LÍNGUA COMO “FORÇA IMPERIAL”

Podemos por isso verificar que o discurso português, fracção do discurso europeu, é sempre organizado contra o Outro, que aparece normalmente como uma ameaça capaz de perverter o Mesmo. Foi de resto esse profundo receio que permitiu o aparecimento daquilo a que o século XIX chama a “cafreização”, e que no século XVIII angolano era ainda o “gentilismo”, não tendo recebido nenhuma designação específica na Senegâmbia, onde aparece pela primeira vez, no século XVII¹. Os responsáveis pela administração, assim como os missionários, mostraram-se muito abalados pelo facto de um certo número de europeus desertarem a sociedade normal dos brancos, para se instalar junto das comunidades africanas, adoptando os seus usos e costumes, aceitando a autoridade dos chefes africanos, e agindo contra os interesses dos portugueses. Perdiam também a prática da língua portuguesa.

A maneira como as autoridades portuguesas encararam a política da língua é muito ambígua. É certo que António

¹ Consagrei a esta questão uma curta reflexão, que merece ser alargada. V. “Algumas formas da hegemonia africana nas relações com os europeus”, *Reunião Internacional de História de África*, Lisboa, I.I.C.T., 1989.

de Nebrija dera à língua – naturalmente ao castelhano – uma função “imperial”. É esse o estatuto que lhe reconhece, do lado português, João de Barros. Não deixa por isso de surpreender a falta de uma estratégia linguística clara. Nas relações com os Outros, acredita-se na eficácia dos intérpretes, os “línguas” que aparecem no registo de tantas expedições portuguesas. Todavia, se é possível registar o recrutamento de muitos africanos ou asiáticos, que devem aprender o português – muitas vezes em Lisboa- para permitir as relações comerciais e políticas normais, a verdade é tratar-se de uma percentagem reduzidíssima. Se, no caso asiático, a corte manda imprimir alguns centos de cartilhas destinadas a apoiar a tarefa da banalização da língua, a verdade é não se ter verificado um esforço contínuo e sistemático.

Não dispomos de uma história capaz de esclarecer este problema, mesmo se, perante a situação actual, haja balanços a estabelecer. A fragilidade da presença da língua portuguesa em todos os países que se tornaram independentes deriva da falta de estratégia governamental. Podíamos até dizer que ninguém acreditou na necessidade de assegurar a banalização da língua portuguesa, partindo do princípio que os africanos trabalhariam para os colonos, mesmo condenados à mudez comunicacional. Ou então aguardava-se que um “milagre” assegurasse a expansão da língua, sem custos para os portugueses, que sempre se mostraram avarentos no que se refere aos orçamentos da Educação Nacional. Ora o milagre só se registou no Brasil, graças à injeção constante de milhares de portugueses que foram apagando as línguas indígenas e alienígenas, as índias, as africanas, as asiáticas, as europeias.

Hoje, uma fracção substancial dos teóricos da “portugalidade”, fazem da língua o agente mais eficaz da unidade dos homens e dos territórios que foram marcados pela presença portuguesa. Não tendo havido uma grande reflexão anti-colonialista antes das independências, registou-se a necessidade urgente de organizar uma ideologia explicativa: os portugueses foram obrigados a renunciar à dominação política e económica, mas procuraram assegurar o controle da língua. O drama herói cómico provocado pelo acordo ortográfico luso-afro-brasileiro, deriva dessa inquietação: se a língua não for capaz de assegurar a perenidade da dominação colonial, os portugueses ficarão mais pequenos. A exacerbação da “lusofonia” assenta nesse estrume teórico, que, espera-se, virá a ser revisto, para considerar a importância da vontade do Outro. Não parece que se possa confiar apenas à língua a tarefa de proceder à rejeição dos preconceitos engendrados pelo facto colonial, como de resto já tinha lembrado Ferdinand de Saussure, que me parece ser insuficientemente lido.

Quase todos esquecem uma já velha proposta teórica de Ferdinand de Saussure, que não hesitou em denunciar as vãs esperanças que muitos confiavam à linguística para resolver os problemas sempre candentes das nações e das nacionalidades. Pergunta o sábio suíço: “Será, em resumo, que a língua fornece (algumas) luzes à antropologia, à etnografia, à pré-história? É isso que geralmente se acredita; pensamos haver aí uma grande parte de ilusão. Havemos de examinar de maneira sucinta alguns aspectos deste problema geral”².

² Ferdinand de Saussure, *Cours de Linguistique générale*, Paris, Payot, 1966, p. 304.

Com efeito, de Saussure não titubeia, abrindo imediatamente o leque das grandes opções, e começando pela “raça”³: “seria um erro acreditar que por via da comunidade da língua se podia concluir pela consanguinidade, (isto é) que uma família de línguas corresponde a uma família antropológica”. De Saussure conclui que “a realidade não é assim tão simples”. Afirmação de que não podemos duvidar. Seria demasiado escandaloso.

Para resolver este problema bicudo, o linguista viu-se obrigado a inventar um neologismo, o “etnismo”, que deriva muito directamente da etnia que entretanto fora proposta pelo antrope-sociólogo Vacher de Lapouge⁴. É graças a esta contribuição teórica, que não teve grandes herdeiros, que de Saussure aborda a questão que nos interessa de maneira mais decidida: “que nos ensina pois este testemunho da língua? A unidade da raça não pode ser, por si só, mais do que um factor secundário e absolutamente nada necessário de comunidade linguística; mas há outra unidade, infinitamente mais importante, a única essencial, constituída pelo laço social: chamar-lhe-emos **etnismo**. Entendamos por este termo uma unidade assentando nas relações múltiplas de religião, de civilização, de defesa comum, etc..., que pode estabelecer-se até entre povos de raças diferentes, não havendo nenhum laço político”.

E para não deixar a menor dúvida a este respeito, de Saussure sublinha que é entre o etnismo e a língua que se estabelece a relação de reciprocidade de que já falara antes. O papel principal não cabe neste capítulo à língua, mas sim à relação social (**le lien social**), pois só esta tende a criar a

³ *Id.*, *ibid.*

⁴ *Id.*, p. 305.

comunidade da língua imprimindo “talvez ao idioma comum determinados caracteres”. O que, entenda-se, não anula de maneira nenhuma a importância da língua, pois esta “constitui, em certa medida, a unidade étnica”⁵.

Do que não há dúvida é de que a língua não pode ser a pátria de ninguém, como pretendeu Fernando Pessoa, que não dispunha da competência linguística para enunciar as regras associadas à criação e à expansão das línguas. A língua é assim indissociável dos “costumes da nação”. O laço interno, íntimo e constante dos costumes e da língua cria por consequência a força singular do **etnismo**, que não pode dissociar uns da outra, como se pretende fazer de maneira tão ligeira como irresponsável com a língua portuguesa⁶.

Não podemos deixar de tentar explicar esta maneira de agir, sobretudo no caso de um país que nem sequer

⁵ *Id.*, pp. 305-306.

⁶ O ponto máximo desse delírio é alcançado por Fernando Pessoa, que, ao afirmar que a sua pátria era a língua portuguesa, permitiu uma exacerbação falsamente patriótica e linguística. É mais do que evidente, dentro dos parâmetros enunciados por Saussure, que a pátria de Pessoa era constituída pela língua e pelos “costumes” portugueses com uma reserva: como é possível esquecer, sempre que se mete o nariz teórico na estrutura psíquica de Fernando Pessoa, que este foi educado primeiro num liceu e depois numa escola técnica inglesa? Não foi em inglês que Pessoa se despediu do mundo, por escrito, no Hospital de S. Luís? Se é certo que lhe acrescentou, no dia seguinte, uma frase em português, nem por isso anula a evidência de uma pátria psíquica, marcada pela língua inglesa. O que quer dizer que a sua pátria psíquica foi a língua inglesa. É verdade que esta maneira de dizer está em expansão. Para justificar a sua candidatura à Académie Française, Jorge Semprun, que continua a ser espanhol, salientou que a sua pátria era a língua francesa. Não se referiu ele a Fernando Pessoa, mas creio ser legítimo salientar o laço entre os dois escritores, embora em condições complementares diversas: a pátria física de Semprun continua a ser a Catalunha, embora as condições criadas pelo franquismo o tenham obrigado a francizar-se. Comentando esta afirmação, Jean d’Ormesson apoiou-a vivamente, salientando que sempre orientara a sua existência no sentido de ser um “escritor francês”. Mas neste caso já não há coincidência com Semprun, embora d’Ormesson se identifique mais com Pessoa. Seja como for, a tentativa de eliminar o peso dos “costumes” reduz a língua a um elemento passageiro, contrariamente ao objectivo que se procura atingir. E que fazer dos escritores realmente bilingues, como Vicente Huidobro ou Samuel Becket? Qual a pátria que lhes deve ser imposta?

procurou assegurar, nas suas antigas colónias, a banalização da língua portuguesa. O simples inventário dos poucos esforços feitos pelas autoridades responsáveis pela colonização para assegurar a generalização da língua portuguesa, mostram que nunca se acreditou nesta força aglutinante, e isso por diferentes razões.

A primeira reside na convicção que os Outros, e mais particularmente os africanos, são incapazes de aprender a controlar as subtilidades tanto sintáxicas como fonéticas da língua portuguesa. Tal é o que já aparece claramente na língua utilizada pelas personagens negras ou pardas, – os futuros mulatos – nos textos de Gil Vicente, de Anrique da Mota ou de António Ribeiro Chiado⁷. Mais ainda: na **Frágua de Amor**, Gil Vicente salienta que a razão da inferioridade indiscutível dos africanos reside sobretudo na sua incapacidade de falar a língua portuguesa da norma urbana lisboeta.

Tal será de resto uma das constantes da rejeição dos africanos, que continuaram durante séculos, na tradição e na literatura, a falar a “língua de preto”, que em alguns casos se transformou em “pretoguês”. A incompetência linguística dos africanos sofria é certo alguns desmentidos, pois são estes que, aprendendo o português, desempenham a função de intérpretes a bordo de algumas embarcações portuguesas. Embora se possa também aceitar a hipótese de uma modificação substancial deste processo na expedição de Vasco da Gama, pois aí encontramos como intérprete, um tal Fernão Martins, que aprendera o Kikongo na corte congoleza, em S. Salvador⁸.

⁷ Se bem que maculado por alguns raros lapsos, o melhor estudo consagrado a esta questão continua a ser *La Langue de Gil Vicente*, de Paul Teyssier, Paris. Librairie C. Klincksieck, 1959.

⁸ *Diário da Viagem de Vasco da Gama*, Porto, Civilização, 1945, (2 Vol.), p. 17.

Não será possível acompanhar de perto as várias formas tomadas pelas relações linguísticas entre os portugueses e os Outros, africanos, americanos ou asiáticos. Pretende-se apenas salientar a existência de hierarquias linguísticas, que não são mais do que um duplo das hierarquias sociais e sobretudo raciais. Não deixa de ser assaz surpreendente que Pêro de Magalhães Gândavo considere os índios brasileiros Aymorés como particularmente selvagens, devido ao facto de a sua língua ser parecidíssima com o “basconço”, quer dizer o basco, e por isso se não poder escrever.

Está ainda por fazer o inventário sistemático destas relações entre a língua e a escrita, que nos autores do século XVI constitui a prova mais cabal da qualidade civilizacional das línguas. Só as línguas que se podiam escrever estavam em condições de ser classificadas como civilizadas, estando as outras condenadas ao en selvajamento de fracções vastíssimas da população portuguesa, impedindo os “colonizados” de dispor de semelhante utensílio.

A segunda razão pela qual os portugueses procuram impedir o acesso dos colonizados e até dos colonos – como se verifica no Brasil – à escrita, depende inteiramente do juízo obscurantista: manter os dependentes na ignorância permite eliminar a contestação e a crítica. Também neste aspecto são reveladoras as datas da introdução da imprensa: os brasileiros só puderam dispor de tipografias a partir de 1808, tendo estas sido instaladas para permitir o funcionamento mais ou menos normal da burocracia da Coroa, que entretanto se refugiara no Rio de Janeiro.

Só muito mais tarde, isto é, só após a chegada dos liberais ao poder, é que, certamente devido à intervenção

democratizante do marquês de Sá da Bandeira, se verifica à instalação de outras tipografias nas colónias portuguesas também essencialmente destinadas a racionalizar a administração. E em Angola, foi necessária a generosidade do comerciante madeirense-angolano-brasileiro-português Arsénio Pompeu Pompílio de Carpo, para que as autoridades coloniais dispusessem de tipografia e de papel⁹. Não há, na Europa já pós-revolucionária, país mais atido ao carácter arcaico do poder, mais refractário à banalização da educação escolar¹⁰.

Quais, nesse caso, as técnicas para assegurar a banalização da língua portuguesa? Nenhuma, a não ser a que proviesse do contacto constante entre os “civilizados” e os “selvagens”. Todavia semelhante operação só poderia ter algum efeito, se houvesse uma grande quantidade de portugueses, brancos, mulatos ou pretos, falando português. Foi o contrário que se verificou: a fraca demografia dos portugueses, obrigou estes a aprender as línguas africanas, para poder comerciar ou administrar.

Certo, replicarão alguns linguistas, mas não convém esquecer a importância dos crioulos, que funcionam algumas vezes como autênticas línguas francas. Não as esque-

⁹ Sobre o papel deste madeirense na história cultural de Angola, V. Isabel de Castro Henriques, *Commerce et changement en Angola au XIXème siècle. Imbangala et Chokwe face à la modernité*, Paris, Harmattan, 1995 (2 vol.).

¹⁰ São numerosas as declarações, reforçadas pelos actos administrativos, em que se anuncia a orientação política do ensino, que não deve esforçar-se por banalizar o conhecimento. Esta política alarga-se naturalmente aos africanos ainda sob dominação portuguesa, o que levou o Cardeal Cerejeira, então Patriarca de Lisboa, a afirmar em 1960: “precisamos de escolas em África, mas de escolas onde seja ensinado aos indígenas o caminho para a dignidade do Homem e a glória da Nação que o protege. Queremos ensinar os indígenas a escrever, a ler e a contar, mas não pretendemos fazer deles doutores”. Diga-se que este objectivo, eminentemente negativo, foi facilmente alcançado: o Cardeal Cerejeira teria ficado orgulhoso com o tão reduzido número de licenciados africanos que se registava em 1975.

cerei, mas os portugueses quase não dão por elas. António Carreira¹¹, tal como de resto Jean Boulègue¹², tentaram, por razões diferentes e com objectivos também diferentes, identificar as referências ao crioulo. O termo falta, pois embora Juan Corominas, como faz também Raymond Arweiler¹³, atribuam a criação do conceito aos portugueses, a verdade é que só o encontramos em castelhano. Aparentemente, recebemos o conceito, quando não a coisa, dos castelhanos.

Faltaria todavia definir as condições de criação dos crioulos, mas também neste caso a lição de Saussure difere bastante daquela que recorrem normalmente os linguistas. Não sem contradições, na medida em que de Saussure não considera ainda nem a importância, nem a função dos crioulos. Todavia, Saussure sublinha o facto de as “passagens bruscas de uma língua para outra serem muito frequentes” fazendo ao mesmo tempo a pergunta: “qual é a sua origem?” A resposta também nos convém: “do facto de circunstâncias desfavoráveis terem impedido estas transições insensíveis de subsistir”¹⁴.

Se aplicarmos estes princípios ao aparecimento dos crioulos, verificamos que as populações inéditas – pensemos nos casos de Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe – podem ter sentido a necessidade de criar uma língua que, não sendo já nenhuma das línguas africanas maternas, também não será a língua do colonizador, que só pode deformar a autonomia dos dependentes, admitindo a hipótese- que é

¹¹ António Carreira, *O Crioulo de Cabo Verde. Surto e Expansão*, Lisboa, s. e., 1982.

¹² Jean Boulègue, *Les luso-africains de Sénégambie*, Lisboa, I.I.C.T., 1989.

¹³ Raymond Arweiler, *Contribution à l'étude des termes de voyage en français (1505-1722)*, Paris, Editions d'Artrey, 1963.

¹⁴ F. De Saussure, o.c., p. 279.

uma certeza – de que a maior parte da população nova é não-portuguesa. Ou seja, mesmo se alguns dos linguistas consideram estas línguas como meros crioulos¹⁵, a verdade é que este sistema classificativo depende apenas da deformação imposta pelas formas coloniais de classificar.

Chegamos pois a um ponto crucial, que nos permite verificar que a língua portuguesa nunca foi considerada pelos próprios portugueses como um agente suficiente, ou sequer indispensável, para assegurar as operações coloniais. É certo que aqui e ali, por exemplo nas relações com a nobreza ba-conga, nos séculos XV e XVI, os portugueses procuravam assegurar a difusão da língua, mas esse impulso era limitado e não tardou a esvaír-se, sem deixar quase traço algum. Os locutores autóctones foram sempre considerados incapazes de respeitar a norma linguística, e ainda hoje tal continua a verificar-se.

Podemos encontrar um plena confirmação deste discurso menorizador nas relações com a criação literária, não só em África, como na América ou na Ásia. Por razões de economia reterei o exemplo africano, que nos seus primórdios procura libertar-se do modelo literário português, como fizeram os pan-africanistas cabo-verdianos sem jamais o conseguir. A contra-partida portuguesa é evidente: basta consultar os muitos manuais de literatura, para podermos verificar a ausência de qualquer referência às criações dos Outros colonizados.

¹⁵ Um dicionário corrente (Cândido de Figueiredo, Lisboa, Bertrand, s.d., diz na sua 10ª edição) crioulos: “dialecto dos crioulos. Dialecto colonial. Adj. Diz-se do dialecto português falado em Cabo Verde e noutras possessões portuguesas de África”. Estas maneiras de dizer salientam a relação entre o crioulo e a situação colonial, mas sublinham o facto de se tratar não de um a “língua”, mas de um “dialecto”. A inferiorização das línguas é destinada a confirmar a hierarquia colonial, quer dizer racial, mais clássica.

Os brasileiros também foram vítimas da violenta censura portuguesa, e só já neste século XX foi possível editar a obra quase completa de Gregório de Matos, poeta baiano do século XVII, bastante fescenino, que ficou condenado à circulação manuscrita. A violência da rejeição portuguesa não podia deixar de travar a própria produção literária no Brasil, quer fosse simplesmente “colonial”, quer fosse já caracterizada pela tentativa de assumir os caracteres “autóctones”. Também no plano estritamente literário se verifica uma vontade firme de impedir seja a criação autónoma, seja a circulação das obras. Quando não se metiam os poetas num barco para os deportar, como aconteceu ao famoso “boca de ouro”, Gregório de Matos Guerra¹⁶.

Nesse caso, quando é que os portugueses descobrem a importância dessa criação? Graças à organização da Agência Geral das Colónias, uma ideia republicana, recuperada pelo fascismo. Esta instituição colonial, seguindo os exemplos colonialistas já conhecidos, criou os prémios literários, que não permitiram a criação de literaturas nacionais, pois a maior parte desses prémios foi concedida aos colonos, um dos quais – oh caso nunca visto! – nem sequer tinha posto os pés em África. A literatura que se pretende suscitar e premiar é a dos colonos, e a Agência Geral das Colónias, que depois será Agência Geral do

¹⁶ Gregório de Matos Guerra, Bahia, 1633-1696, foi deportado para Angola, acusado de uma utilização demasiado satírica do seu talento poético, que só podia agredir as autoridades “portuguesas”, agindo o poeta não como um simples colono, súbdito do rei de Portugal, mas antes como um “brasileiro”, que não podia deixar de rejeitar a maneira como as autoridades portuguesas geriam mal os interesses brasileiros. Embora ainda não dispusesse de um discurso nacional estruturado, Gregório de Matos assumia a necessidade de rejeitar as autoridades portuguesas.

Ultramar, não poderá propor senão uma literatura “colonial”, “colonialista” e eventualmente colonizadora, sempre de fraca ou de péssima qualidade.

Neste caso a língua portuguesa serve apenas para reforçar a legitimidade da colonização: à medida que se reforça a demografia portuguesa nas colónias, regista-se uma tentativa de aumentar o carácter branco e europeu da língua. Esta, por sua vez, é negada aos africanos, que ou aprendem a falá-la sem sotaque e sem vocábulos traduzindo a realidade física local, ou são rejeitados pelos professores portugueses. Arnaldo Santos escreveu o famoso conto “A menina Vitória”, que sublinha a existência de uma forma particular do “síndrome da Fanon¹⁷”, sendo a jovem professora mulata extremamente severa no controle da língua portuguesa falada pelos seus alunos luandenses.

O dispositivo técnico português era destinado a reservar aos colonos a legitimidade da língua, e alguns pais brancos proibiram os filhos de falar as línguas nacionais, para expulsar o sotaque, que podia comprometer a carreira, face ao ouvido hiper-censor dos colonos. Estas operações funcionavam como armas subtis de guerra civil, pois se recusava assim aos africanos – e falo neste caso particular dos angolanos – a possibilidade de gerir a língua portuguesa à sua maneira, quando decidiam adoptá-la e integrá-la nas práticas da sociedade civil.

Nestas condições é difícil acreditar que a língua seja outra coisa mais do que o agente específico da dominação,

¹⁷ Designo como sendo o “síndrome de Fanon”, a situação patológica descrita pelo Dr. Frantz Fanon no caso da população mestiça das Antilhas, e mais particularmente das mulheres, que procuram imitar as escolhas brancas, e repelem os casamentos com os homens de cor, esperando unir-se aos brancos. Nesta situação, que também se regista no Brasil, procuram “melhorar a raça”, graças a uma injeção de genes brancoídes. V. Frantz Fanon, *Pele negra, máscaras brancas*, Porto, Paisagem, s.d.

destinado a repelir o Outro, e mais particularmente os grupos que a proto-antropologia europeia classificava entre os “selvagens”: os sem território, sem governo, sem religião, africanos e índios americanos. O que não quer dizer que os asiáticos escapassem inteiramente a esta condenação. Diz-me que língua falas, e como a falas e dir-te-ei quem não és, tal poderia ser o aforismo central associado às práticas linguísticas portuguesas. A ausência de qualquer tentativa de crioulição branca sublinha ainda mais o excesso de prevenção dos europeus, que nem sequer se deixaram arrastar, como os boers da África do Sul, a inventar o afrikaner, que constitui o único autêntico exemplo africano de um crioulo criado pelos brancos.

Em que momento se regista a viragem portuguesa neste plano, se viragem houve? Ela não podia intervir a não ser sob a pressão da sociedade civil, que durante anos a fio denunciara, sempre em vão, o carácter repressivo do esquema escolar imposto pelas autoridades portuguesas e que sempre se satisfiz com o famoso “Ensino rudimentar” defendido pelos missionários e pelas inspeções portuguesas, avultando entre os teóricos da falta de qualidade do ensino o inspector Manuel Ferreira da Rosa, que é agora meu visinho, instalado num gavetão do cemitério da Ajuda. Se a colonização portuguesa podia aceitar que houvesse, embora muito controlado, o ensino liceal que permitia que alguns poucos alunos africanos obtivessem o sétimo ano que dava acesso às Universidades portuguesas, para que esses quadros futuros pudessem impregnar-se com os odores e os sabores portugueses. Um poema de Alda Lara, “*Hei-de voltar*”, traduz, na sua violência rítmica, a rejeição do próprio espaço português.

Já evoquei (ver nota 2, p. 49) as condições em que se operou a criação dos Estudos Gerais Universitários em Angola e Moçambique. Mas ser-me-á certamente permitido evocar um dos meus artigos consagrados à necessidade de criar pelo menos uma Universidade em Angola, aparecido na edição aérea do *Diário Popular*, que desencadeou uma grande celeuma em Moçambique, pois não se compreendiam as razões que me levavam a defender essa criação apenas em Angola, tendo mobilizado também os olhos de Argos da censura que proibiu a reprodução do artigo. A associação entre os interesses portugueses e o aparelho repressivo tinha tornado a Universidade um objecto proibido, que as associações angolanas e alguns militantes, acabaram por impor ao governador-geral, general Venâncio Deslandes.

Mas devemos proceder a um inventário mais preciso: se a tipografia só pudera ser instalada no Brasil em consequência de uma catástrofe política, mais para servir a administração portuguesa do que os interesses dos brasileiros, também em Angola os Estudos Gerais Universitários – que no seu intitulado sublinham a maneira como a administração colonial portuguesa, então gerida pelo Prof. Adriano Moreira, recusou as Universidades às colónias e aos candidatos, que eram todavia contabilizados como portugueses – só conseguiram perfurar a dura carapaça da portugalidade ou da lusofonia graças às armas que iam varrendo florestas e anharas, cidades e quimbos!

De resto, o recurso à língua portuguesa foi sempre interpretado como uma renúncia à condição nacional. Esta maneira de ver ainda se mantém viva. Dois grandes historiadores da literatura portuguesa, o malgrado António José Saraiva e Óscar Lopes, nunca conseguiram dar-se

conta da existência de escritores africanos, fosse onde fosse. Se tais escritores utilizavam a língua portuguesa, esta operação não só os arrancava às suas línguas maternas, mas metamorfoseava-os em portugueses. Nenhum dos dois homens podia sequer pensar que um angolano que escrevia em português, o podia fazer para pôr a língua portuguesa ao serviço de um projecto anti-português, deliberadamente nacionalista!

Nestas condições a língua portuguesa não fornecia um instrumento capaz de assegurar a autonomia, afectiva, psíquica, cultural, daquele que a ela recorria. Muito pelo contrário, todos os que ousavam apropriar-se da língua portuguesa, assinavam o documento da escrita que devia ser interpretado como uma renúncia expressa à sua condição nacional. Face à debandada dos colonos portugueses, que criaram esse grupo tão numeroso como transitório dos “retornados”, o aparelho político sentiu-se naturalmente desarmado para manter os princípios fundamentais da colonização e do colonialismo. Essa situação não tinha sido nem prevista, nem teorizada, pois ninguém tinha encarado a reacção dos milhares de colonos perante as independências africanas. Por isso, nos dias de hoje pelo menos um ministro dos Negócios Estrangeiros pode confiar a dominação clássica dos portugueses, a uma associação singular: a das OGMA e da língua¹⁸.

¹⁸ Foi o então ministro dos negócios estrangeiros, Durão Barroso, que salientou a importância da “cooperação militar”, entre portugueses e angolanos. As Oficinas Gerais de Material Aeronáutico deixaram em Angola um resíduo técnico dos tempos da guerra que, naturalmente, continuou a servir os militares. Servira os portugueses, passou a servir, sem a menor inquietação os angolanos do governo legal, na medida em que a Unita não dispunha de material aeronáutico. O nó central desta inquietação reside no facto de se considerar como prioritária a “cooperação militar”, a qual só pode servir a guerra, civil desta vez.

O facto de haver tanta gente a afirmar que a melhor maneira de cooperar com os novos Estados da língua oficial portuguesa assentar na cooperação militar, parece-me um atroz contra-senso, sejam quais forem as reservas de armas de que dispõem as Forças Armadas Portuguesas. É todos os dias mais evidente que não pode haver cooperação que não inclua a paz alargada no primeiro plano das preocupações de todos os agentes da cooperação. O facto de ainda mantermos uma visão preocupante, mesmo quando se reconhece que todos os países precisam de forças da ordem: estas, contudo, devem depender das instâncias civis, e nunca dos militares e das forças armadas clássicas.

Regista-se em diferentes regiões do continente africano, como de resto alhures, a presença de agentes, políticos, religiosos, culturais, desportivos ou artísticos, das várias fonias existentes – francofonia, hispanofonia, anglofonia – situação que provoca sempre um frémido curioso entre os portugueses e a sua generosidade histórica! Já se verificou essa situação perante a opção moçambicana de integrar o quadro amplo da Commonwealth, e quem não ouviu nestes últimos anos as perguntas suscitadas pelas ameaças que a francofonia faria pesar sobre a língua portuguesa em Cabo Verde e na Guiné-Bissau?

Como quase todos os portugueses, ou como a maioria deles, tenho parentes brasileiros, os quais falam “brasileiro” que, diz-se, não podemos considerar uma língua. Tenho a esse respeito algumas dúvidas, pois dou à fonética um valor simbólico e político: os meus parentes brasileiros falam por isso “brasileiro”. Por razões já aduzidas, e que fui encontrar na vasta panóplia teórica de Ferdinand de Saussure, seria difícil que os meus parentes pudessem

fazer outra coisa, sobretudo aqueles – muitos – que já nasceram no Brasil. E sou também obrigado a dar-me conta de que os interesses desses brasileiros estão mais centrados no próprio Brasil e nos países vizinhos, do que em Portugal ou na Europa. Quantos brasileiros não se revelam incapazes de encontrar Portugal num mapa da Europa?

Face ao sobressalto português perante as escolhas dos moçambicanos, Mia Couto preveniu os portugueses em dois momentos significativos. Em primeiro lugar: mesmo falando português um moçambicano estará sempre mais perto de um sul-africano ou de um zimbabweniano do que dos portugueses, brasileiros ou caboverdianos. Quem poderá pôr em causa o alcance eficaz desta observação? Não estará ela de acordo com o quadro teórico em que me tenho apoiado? Ora, a esta informação, acrescentou Mia Couto uma segunda, sublinhando o facto de a língua portuguesa ser a **sua** língua portuguesa, confirmando uma regra que me parece necessário reforçar constantemente: a língua deve sempre pertencer áquele que a fala. As consequências só serão penosas para quantos associam a língua a uma forma de dominação subtil, que se pode exercer mesmo estando ausente o agente da dominação.

É contudo evidente que Mia Couto fala apenas em nome do bom senso, que os moçambicanos também conhecem, utilizam e partilham! Tal não o impede, contudo, de expulsar os portugueses do doce paraíso da dominação linguística que constitui agora uma arma onde se podem medir as pulsões neo-colonialistas que caracterizam aqueles que não conseguiram ainda renunciar à **certeza** de que os africanos só podem ser inferiores. Se já não recorremos muito a Oliveira Martins para definir o quociente inte-

lectual (QI) dos africanos, nem por isso renunciamos à certeza sub-liminal de que um africano nunca poderá ser tão inteligente como um europeu. Esta equação reforça-se quando o europeu, sempre branco, é também português.

Neste caso podemos verificar que a incerteza política da língua se limita a pôr em evidência o sentido geral das escolhas repressivas portuguesas, na medida em que o colonialismo quis sobretudo impedir a autonomia dos indivíduos e ainda mais a afirmação da maioria das sociedades. Regista-se, no caso angolano, a existência de dois adjectivos qualificativos muito usados e muito reveladores das tensões internas da sociedade colonial.

O primeiro, que caracteriza a história angolana é o de “ambaquista”, que designava os naturais de Ambaca, que sabiam ler e escrever, tendo formado uma sociedade de comerciantes que contribuiu de maneira constante para a organização dos circuitos comerciais angolanos. Todavia, do ponto de vista dos colonos e da administração, os ambaquistas só podiam ser comerciantes de segunda, faltando-lhes as qualidades brancas. O que transformou o termo ambaquista em forma caricatural, servindo não para exaltar as qualidades angolanas, mas para denunciar as pretensões dos angolanos. O facto de os ambaquistas terem organizado a reprodução constante do conhecimento, compensando com a sua organização a maneira como as autoridades angolanas manifestavam o seu desprezo pelos seus interesses, reforçou os preconceitos que pesavam sobre este grupo.

Foi de resto esta maneira de fazer que serviu para caricaturar e desacreditar os angolanos que procuravam integrar-se no sistema urbano criado pelos europeus. Estas

opções deram origem ao “calcinhas” que servia para designar, recorrendo a um termo falsamente irónico porque absolutamente chocarreiro, os africanos que procuravam adaptar-se às formas urbanas de calçado e de vestuário. Para os europeus, os africanos limitavam-se a “macaquear” os europeus. Faziam prova da sua inferioridade, tanto física como espiritual, devido ao seu aspecto “fatalmente” ridículo, do ponto de vista europeu, quer dizer branco.

É claro que as escolhas dos africanos, sobretudo no que se refere à gama cromática, raras vezes coincidiam com as dos europeus, mas sempre considerei que a liberdade da escolha era uma maneira de afirmar a autonomia de cada um, situação reforçada pela extraordinária capacidade inventiva das populações africanas, capazes de encontrar combinatórias cromáticas tão inesperadas como sedutoras. A sociedade colonialista não estava em condições de aceitar a originalidade das propostas, pelo que se inventou um termo violentamente pejorativo, que também incluía frequentemente os particularismos linguísticos, como mostrou Uanhenga Xitu, num conto “O Mestre Tamoda”, que devia ser mais amplamente conhecido. Verificamos que a parelha vestuário e língua permitem que os colonos inferiorizem o Outro, pondo em evidência tanto o que será a sua incapacidade cultural, como o surto cómico que não pode deixar de suscitar.

O Outro africano deve limitar-se a aceitar as regras do branco e as suas ordens. Do ponto de vista dos colonos, parte-se do princípio que só a intervenção reguladora dos brancos pode permitir a organização normal das sociedades, sobretudo no que se refere à produção. A língua sempre fez parte desse esquema geral, tendo Fernando

Pessoa conseguido convencer os portugueses que a língua dispunha das qualidades suficientes para impor a sua disciplina a qualquer grupo, em qualquer lugar e em qualquer momento histórico. Por essas razões a língua acabou por se transformar, à nossa vista, com o nosso pleno conhecimento em agente suficiente da dominação. É certo estarmos perante uma reformulação da teoria, pois Gilberto Freyre considerava que a sexualidade, a “pica”, era suficiente para assegurar a lógica e a perenidade da dominação. Se bem que não se tenha eliminado a fortíssima contribuição da sexualidade, a verdade é estarmos hoje perante teses mais assepsadas, que confiam à língua a tarefa principal de manter e de alargar o campo da dominação portuguesa.

Convém contudo acrescentar algumas evocações teóricas, começando por João Ribeiro, para quem a língua portuguesa era sobretudo caracterizada pelo recurso excessivo aos imperativos, sendo não uma língua de diálogo, mas uma língua de dominação e de ordens. Esta observação, onde o técnico se confunde com o existencial, sublinha as condições em que se utiliza a língua, ao mesmo tempo que explica a distância que separa a língua portuguesa e os seus imperativos, foneticamente ligeira e cerrada, da língua brasileira, que aposta no diálogo, abrindo as vogais e reduzindo o ritmo do fluxo oral. As fronteiras são mais subtis do que parece, sendo difícil passar do português para o brasileiro: a matosinhense Carmen Miranda foi perdendo o sotaque brasileiro à medida que ia trabalhando nos Estados Unidos, regressando pouco a pouco ao seu sotaque nortenho, como observam dois investigadores da Universidade de Albany, Yara F. Vieira e Brian Head¹⁹.

Mais recentemente, esta característica da língua portuguesa foi posta em evidência pelo escritor caboverdiano

Gabriel Mariano, que, referindo-se ao bilinguismo do seu arquipélago, punha em evidência os campos de intervenção do crioulo e do português, referindo-se ao comportamento da sua avó. Esta, sempre que estava zangada ou precisava de dar uma ordem, recorria à língua portuguesa, ao passo que utilizava o crioulo não só na vida corrente, mas sobretudo quando se tratava de manifestar o afecto por alguém ou alguma coisa. Se bem que a via não fosse a mesma, Gabriel Mariano confirmava os juízos de um especialista da gramática como João Ribeiro. Haveria talvez que definir uma espécie de psicologia histórica da língua portuguesa, mas já podemos verificar que a memória dos seus utilizadores não pode deixar de trazer para a primeira linha as condições da dominação. Como se a língua só pudesse fazer-se notar pela sua violência.

Estas observações encontram uma confirmação singular numa reflexão do malogrado Embaixador Armando Martins Janeira, publicada sob o pseudónimo singular de Mar Talegre²⁰: não haveria teatro em Portugal devido a uma particularidade da língua, pois as pessoas ou eram tratadas por “tu”, ou por “Vossa Excelência”, faltando os termos intermédios, únicos capazes de se furtar à lógica bastante dura das relações entre o Senhor e o Escravo²¹.

¹⁹ Sirvo-me de uma informação oral, reforçada pela leitura do protocolo de investigação que, suponho, pertence à Universidade de Campinas. Tendo deixado de ser controlada pelos brasileiros, que se opõem violentamente ao “português de Portugal”, Carmen Miranda recuperara a sua língua verdadeiramente materna.

²⁰ Mar Talegre, *Sentidos fundamentais do romance português*, Porto, Livraria Simões Lopes, 1978.

²¹ Nas *Memórias* do Marquês de Fronteira, regista-se um capítulo onde o “grande de Portugal” sublinha as condições que presidiam à organização das hierarquias sociais portuguesas. Haveria assim menos de uma dúzia de pessoas que podiam recorrer ao tu para se dirigir ao Marquês o que salienta a importância das hierarquias no que se refere às formas de tratamento, confirmando do mesmo passo as observações de Armando Martins Janeira.

Armando Martins Janeira não lera João Ribeiro – tive o cuidado de aproveitar um colóquio em Nice para lho perguntar – e agia em função de um comparatismo permitido pela itinerância diplomática que era a sua. Compreende-se que a soma destas circunstâncias nos obrigue a repensar o estatuto da língua, sobretudo quando verificamos que ela pode servir não só para assegurar a criação mas, mais polemicamente, para organizar e conservar a violência da relação de dominação. O português seria assim a língua do Senhor, recusando-se ao Escravo, ou permitindo-lhe apenas uma língua formalmente embrionária e despojada da sua estrutura mais significativa.

Não era minha intenção proceder a qualquer inventário exaustivo dos muitos factos, lugares e circunstâncias que continuam a exigir e a justificar os conflitos que caracterizam as relações dos Portugueses com os Outros, e que fazem agora parte do nosso vocabulário mais quotidiano. O meu intuito era muito simples: quis mostrar que nos recusamos, quer como colectividade, quer como indivíduos, a analisar de maneira sistemática as técnicas utilizadas para tratarmos os Outros. O discurso “lusófono” actual limita-se a procurar dissimular, mas não a eliminar, os traços brutais do passado. O que se procura de facto é recuperar pelo menos uma fracção da antiga hegemonia portuguesa, de maneira a manter o domínio colonial, embora tendo renunciado à veemência ou à violência de qualquer discurso colonial. Ou seja, pretende-se manter o colonialismo, fingindo abolir o colonialista, graças à maneira como o colonizado é convidado a alienar a sua própria autonomia para servir os interesses portugueses. O recurso à língua portuguesa não seria uma operação autónoma,

mas antes o elemento central da alienação destinada a manter o escravo no seu lugar de sempre.

Não deixa de ser revelador que, neste período de pedidos múltiplos de perdão, não se tenha verificado, nem entre as autoridades religiosas, nem entre as autoridades civis, a menor indicação de que se virá a registar um pedido solene de perdão às vítimas das operações colonialistas. Pois não teria chegado o momento de rever a maneira como ainda continuamos a julgar as relações com os Índios, esquecendo que a descrição de Pero Vaz de Caminha abriu caminho não ao bom selvagem, mas antes ao genocídio? Ou será que estaremos na impossibilidade moral e intelectual de reconhecer erros e crimes? De um lado e de outro do Atlântico, as águas ainda carregam sangue e cadáveres. Como esquecê-lo? Como não o lembrar?

Do ponto de vista cultural, forçosamente político, podemos contudo verificar que tanto a lusofonia, que depende da língua, como o espaço lusófono, que só poderá existir quando os locutores de português puderem circular livremente, tendo apenas a língua como passaporte suficiente, procuram despojar-se do peso negativo ou acusatório da história. Ao exaltar a qualidade da língua, os colonialistas pretendem em primeiro lugar reduzir as qualidades das línguas Outras, operação que permite cobrar um ágio aos utilizadores da língua nobre. O princípio seria este: quem, não sendo português, utiliza a língua portuguesa, deve exaltar a tarefa dos portugueses, renunciando a qualquer operação historicamente crítica.

Nesta construção mitificadora, os portugueses não recebem, nem exigem, nem roubam nada. São eles quem dá tudo: a civilização, a religião, a cultura, a língua, os

subsídios, quando não os capitais... E parecem de tal maneira esquecidos do peso do real que nem sequer estão em condições de se dar conta de que, a adesão ao Tratado de Schengen os transformou – nos transformou! – em guardas das fronteiras da Europa, encarregados de impedir que possam aceder à Europa, aqueles que consideramos como nossos irmãos, nossos filhos, nossos primos, em todo o caso nosos parentes amados e indispensáveis! A burocratização do aparelho de Estado impede a análise política do Tratado, considerado uma simples operação de rotina diplomática, quando estamos perante a peça jurídica mais capaz de impedir a formação de qualquer espaço lusófono.

Os sucessivos governos que geriram as nossas relações com a Europa tinham em vista não a lusofonia, nem o espaço lusófono, mas sim os fundos estruturais, instrumento capaz de permitir revitalizar a velha orientação política do Eng^o Duarte Pacheco, sabidamente o modelo do Prof. Cavaco Silva e do Eng^o Ferreira do Amaral: obras e alcatrão, mesmo se for necessário –como em seu tempo fizera o ministro salazarista- reduzir os salários pagos aos trabalhadores. Podíamos ter escolhido os homens, mas preferimos ter melhores estradas e outras obras indispensáveis ao nosso estatuto nacional. Mas tal não nos impediu todavia de criar o mito e de o alimentar, proclamando em todos os tons e com os parcos instrumentos de que dispomos que pretendemos construir um espaço lusófono.

Se quisermos reforçar esta análise, podemos verificar que a Europa vive entalada entre duas formas de xenofobia: os países da Comunidade Europeia ou denunciam os perigos provocados pela multiplicação dos trabalhadores do Sul, ou acusam os trabalhadores de Leste, entre os quais

os ciganos, de corromper a boa saúde da sociedade e da economia europeias. Não falta quem atribua a emergência e o crescimento dos partidos neo-nazis ou neo-fascistas, às novas condições da emigração, esquecendo tais analistas de pôr em causa o capitalismo burguês, único agente desta operação. Os nacionalismos que tinham nascido à esquerda, mudaram de cor e de função a partir do momento em que a direita legitimista francesa os recuperou, pondo-os ao serviço da contra-revolução.

A FALSA ALDEIA, O AUTÊNTICO CAPITAL

Um dos temas mais correntes nas análises consagradas aos comportamentos das sociedades, põe em evidência a **mundialização**, que seria a grande novidade dos nossos tempos. Trata-se de uma lamentável “distracção” teórica, pois não se pode compreender o mundo sem a mundialização, a qual não é o resultado brusco do capitalismo americano, mas sim a consequência de uma sedimentação lenta mas constante do conhecimento. Como já mostrara Karl Marx, não se pode compreender a mundialização sem contabilizar a participação portuguesa, extremamente precoce em relação aos nossos tempos contemporâneos. Como já mostrara Aristóteles, de maneira suficiente, a modernidade exige a superação da aldeia, graças à invenção da cidade. A mundialização não é uma soma de aldeias, mas o resultado da dinâmica das cidades.

A exaltação da aldeia, mesmo quando esta pretende ser global, não pode deixar de ser encarada como uma operação destinada a desvirtuar a cidade, procedendo a uma re-estruturação das formas ideológicas, que procura reorganizar os próprios conceitos e as condições da modernidade.

Pois não aprendemos, primeiro com os gregos, que a democracia só pode afirmar-se graças à **polis**, quer dizer à cidade grega? Não foi a **polis** que permitiu reduzir de maneira sensível o excesso de autoridade rural e patriarcal? Não aprendemos nós, pelo menos graças a Aristóteles, que a emergência e a afirmação do político só fora possível graças à **polis**? E não é esta o instrumento privilegiado que permite a concentração do conhecimento, sem o qual também não haveria mundialização?

É evidente que as referências à história económica arrastam consigo a história do conhecimento, com a sua vasta panóplia de ideologias. Mas não foram os historiadores que mostraram, de maneira irrefutável, que só pode haver modernidade a partir do momento em que a autarcia camponesa for substituída pela generalização – não será melhor escrever mundialização? – da troca, que forneceu à **polis** o seu suporte económico, que não pode existir sem o reforço da mundialização do conhecimento? A maneira discreta de proceder ao descrédito e à desvalorização da cidade, graças à exaltação das novas “aldeias” contraditoriamente “globais”, não pode deixar de arrastar consigo a revitalização de formas de gestão que permitem a dominação violenta dos homens.

A aldeia está, na proposta teórica do legitimista francês Maurice Barrès, associada ao “enraizamento”. Estes dois conceitos permitem, no campo teórico da direita legitimista, definir o teor da relação entre os homens e os seu lugar de origem, dando força ao falso músculo do “nacionalismo da direita”. A Europa de século XIX foi esquecendo pouco a pouco a verdade simples: tanto a Nação como o nacionalismo foram conquistas republicanas e revolu-

cionárias – pedindo desculpa pelo pleonasma voluntário. Tal foi claramente demonstrado por Georges Gusdorf. Uma parte da esquerda radical, sobretudo a partir do **Manifesto comunista** de 1848, exaltou a importância do internacionalismo, única maneira de conseguir alcançar a união total dos trabalhadores que, até hoje, se revelou impossível.

Barrès salienta de resto os valores principais que permitem, no quadro da sua teoria do enraizamento, a relação do indivíduo com a sua região e com o sentimento nacional: “le paysage, le terroir et les morts”. Não é possível dissimular a violência da força necrofílica desta visão dos homens e da sua história.

Foi esta visão que permitiu a Pierre Chaunu uma exarcebação do sentimento nacional francês, sublinhando que a França era o país mais nacionalista da Europa, pois era aquele que contava mais mortos por metro quadrado. Esta veemência necrofílica permite e exige o enraizamento, tão asperamente denunciado por André Gide, mas sobretudo por Simone Weil, que apostara antes nas qualidades indubitáveis do “desenraizamento”.

O nacionalismo da direita, devido à sua componente necrofílica, opõe-se precisamente à mundialização, operação fundamental da Europa, sobretudo a partir dos séculos XV e XVI, como se pode ver e entender consultando qualquer um dos autores portugueses ou espanhóis que procuraram descrever as motivações dinâmicas que levaram a península a abandonar terra e aldeias, para construir caminhos, marítimos, terrestres, aéreos, e sobretudo cidades. É certo que, na produção literária portuguesa, se encontram os Sás de Miranda que denunciam o cheiro “desta

canela”, que seria o agente do despovoamento. Mas o autêntico cosmopolita que foi o poeta do rio Neiva não conseguiu nunca deixar de ser o agente “estrangeirado”, que trouxe para as práticas culturais portuguesas, os bons modelos europeus e italianos. E podemos supô-lo a comer o arroz doce da sua região, decorado com os desenhos a canela que a cosinheira não podia deixar de fazer, para alegria dos olhos, do nariz e do palato. Ou seja: a aldeia minhota não pode deixar de integrar-se na mundialização, quando mais não seja pela via da culinária, como já tinha sugerido mais atrás.

Nem poderia ser de outra maneira, já que o conhecimento vive das trocas, que superam constantemente as fronteiras das autarcias. Nestes últimos milénios as invenções não provêm das aldeias, mas antes dos espaços urbanos, inventores de Academias e de Universidades. Não é Virgílio – seguido mais perto de nós, mesmo se relativamente, por Francisco de Victória e Luís de Camões – que denuncia a barbárie daqueles que não permitem o livre acesso dos marinheiros e dos comerciantes às praias e às embocaduras dos rios: “mas qual é esta raça de homens? E que país tão bárbaro autoriza semelhantes práticas? Declaram-nos guerra e proibem-nos de por pé na margem!”¹. Não estaremos aqui perante uma injunção que denuncia os obstáculos que governos e populações opõem à necessidade da mundialização? Não encontramos nestes comportamentos uma das razões que, no quadro teórico de Francisco de Victória, autorizava a “guerra justa”?

¹ *Eneida*, I- 511-555.

Deve contudo reter-se a ideia central da reflexão poética de Virgílio, que contradiz a proposta de Barrès. Há alguns séculos de história entre esses dois homens, mas podemos utilizá-los para pôr em evidência a existência de propostas dinâmicas opostas às soluções enquistadoras. No nosso caso, esta situação permite compreender que Portugal não dispõe das forças capazes de lhe permitir passar do enunciado mítico à prática reconfortante. A aldeia de Barrès deve entender-se face à muralha fixa da paisagem, que fecha o horizonte e convida os homens a satisfazer-se com as variações mínimas que lhe são infligidas pelas crises sazonais. Já Virgílio pretende que os homens sejam autorizados a deslocar-se livremente, repelindo por isso qualquer obstáculo que impeça os esforços e as conquistas da “mundialização”. A liberdade de circulação é o único suporte legítimo desta “mundialização” que não pode ser amputada e menos ainda negada pelos dispositivos nacionais.

O eterno regresso do nacionalismo da direita não encontrou a réplica indispensável no nacionalismo da esquerda. Muito pelo contrário: são os princípios restritivos do nacionalismo da direita que dão forma e fundo às decisões legais. Se os movimentos da extrema-direita ainda não estão satisfeitos com as concessões que lhes foram feitas pela burocracia europeia, podemos facilmente verificar que as decisões da Comunidade Europeia, em matéria de emigração e de direitos de asilo, se inspiraram largamente nas escolhas teóricas e práticas das formações da extrema-direita. Os naturais dos países do Sul, entre os quais se contam tantos milhões de “lusófonos”, estão praticamente proibidos de ter acesso aos países do Norte, aos quais pertence-

mos por razões históricas, culturais e políticas. Se os europeus podem circular cada vez mais livremente, essas facilidades de circulação só podem reforçar a violência com que as populações do sul são excluídas desse “paraíso”. Verifica-se facilmente que a “língua” não constitui passaporte suficiente, quaisquer que sejam as suas qualidades e as suas tradições históricas. Pelo que a língua pode, afinal, constituir uma forma incómoda da “pátria”.

O contínuo reforço das manifestações da extrema-direita, a multiplicação das suas organizações partidárias, que sabem utilizar com muita astúcia e maior eficácia os mecanismos da democracia, acabam por permitir a banalização da violência em que sempre assentaram as forças da extrema-direita. É certo que essa violência ainda está limitada, mas não deixou ela já de manifestar as suas opções agredindo, queimando, assassinando. Por outro lado, a influência da extrema-direita tem-se alargado de maneira constante, o que já modificou o vocabulário e as práticas sociais europeias: o estrangeiro passou a representar uma ameaça, sobretudo se for um originário dos países do Sul. A xenofobia que a extrema-direita se encarrega de banalizar e de alargar, está em via de se tornar uma política corrente em todos os países da Europa. O Outro, o estrangeiro, o diferente, provoca a repugnância física, consequência do que seria a sua capacidade inata de barbarizar, de enselvajar. A luta contra a realidade dos campos de concentração e dos fornos crematórios do nazismo, não procura apenas recusar a denúncia feita pelos judeus, porque quer sobretudo fazer desaparecer os próprios mortos: nem mortos os Outros, os estrangeiros, os diferentes, têm direito à história, à sua história e à nossa história.

Como não parece possível, pelo menos nos tempos mais próximos, proceder à reconstrução dos campos de concentração, cuja eficácia é conhecida, recorreu-se ao arame farpado da legislação: os Outros serão impedidos de aceder aos nossos vales ridentes e às nossas cidades tão normalizadas. Os europeus podem circular, mas não os lusófonos que provierem das catacumbas do sul. Tal é o estado a que chegaram os projectos do “espaço lusófono”, que não podem deixar de esbarrar com os espaços regionais, seja na Europa – com a Comunidade Europeia – ou na América – com o Mercosul. Face a estas estruturas regionais, destinadas a gerir localmente a mundialização, qual pode ser a força da lusofonia? Encontramos aqui os duros limites impostos à circulação do mito, que não consegue superar as condições das leis destinadas a assegurar o controlo dos originários do Sul.

Por isso se pode pensar que a capacidade de crescimento do mito está claramente condenada pelas condições que presidem ao funcionamento das estruturas europeias. O laço entre o crescimento da extrema-direita e as regras restritivas impostas às diferentes emigrações que procuram a Europa, parece-me cada vez mais evidente e cada vez mais preocupante. A história já nos ensinou que o vocabulário extremista da direita, seja ela nazista ou fascista, provoca sempre os mesmos resultados, coartando as liberdades democráticas, e perseguindo com ferocidade todos os diferentes: os físicos, os políticos, os culturais. A maior parte dos “lusófonos” pertence aos grupos rejeitados pelas concepções eugenistas dos militantes da extrema-direita. A questão essencial reside na incerteza que não nos permite saber se os portugueses apoiarão de maneira decidida

a denúncia das legislações restritivas ou, pior, repressivas. Tal não se fez até agora: os governos, da esquerda ou da direita, aceitam sem contestação as regras da Europa. Esta maneira de agir não pode deixar de ser considerada como contrária a qualquer possibilidade de construir um “espaço lusófono”. O que põe em causa a probabilidade de organizar uma autêntica “lusofonia”.

Lisboa – Copenhague, 1997-1998

ÍNDICE

A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses	5
A Longa Duração do Espírito Colonial	17
A Cozinha dos Outros.....	35
A Recusa da História dos Outros.....	47
A Re-descoberta da Língua como “Força Imperial”	55
A Falsa Aldeia o Autêntico Capital.....	81